

PREGÃO ELETRÔNICO 90011/2026

CONTRATANTE (UASG)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL (170177)

OBJETO

Prestação de serviços continuados de movimentação, carga, descarga e manuseio de selos de controle, bens móveis, mercadorias apreendidas, utensílios, formulários e materiais diversos, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para as unidades da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal (SRRF10) e de serviço especializado de jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL), incluindo controle de pragas, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.020.025,48

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **01/07**/2026 às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO3	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DO TERMO DE CONTRATO	17
10. DOS RECURSOS	18
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª
REGIÃO FISCAL – SRRF10**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
(Processo Administrativo nº 13033.048232/2026-51)

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10), CNPJ nº 00.394.460/0147-97, por meio da Divisão de Programação e Logística (Dipol), sediada na Av. Loureiro da Silva, nº 445, sala 525, 5º andar, Porto Alegre-RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços continuados de movimentação, carga, descarga e manuseio de selos de controle, bens móveis, mercadorias apreendidas, utensílios, formulários e materiais diversos para as unidades da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal (SRRF10), sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e a prestação de serviço especializado de jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL), incluindo controle de pragas, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para os itens 9 e 10 (grupo 2), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.1 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.1 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.1 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.1 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.1 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.1 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.1 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.1 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.1 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9.1 sociedades cooperativas;

2.9.1 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.9.1 pessoas físicas e microempreendedor individual - MEI.

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.1 e 2.9.1 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.1 e 2.9.1 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.1 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.1 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.1 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.1 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.1 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.1 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.1 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.1 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.1 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.1 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.1 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.1 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.1 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.1 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.1 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o

compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Será adotado na presente licitação, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.1 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.1 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.1 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.1 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.1 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.1 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.1 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas brasileiras;

6.21.1 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.1 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.1 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.1 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, acompanhada da Declaração de ausência de nepotismo, conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital.

6.23.1 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.1 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.1 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.1 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.1 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.1 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.1 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.1 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.7.1 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar proposta de preços detalhada com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento que comprove efetivamente ser o mesmo original.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail licitaçõessrrf10.rs@rfb.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.1 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico/representante do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.1 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.1 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.1 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. Nos casos em que o fornecedor não estiver inscrito no Sicafe, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

9.8. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicafe, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

9.9. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

9.10. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 9.9 acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.11.1 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

9.11.2 Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

9.13. A regra do subitem 9.12 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 9.11.1.

9.14. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 9.9 e 9.11.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.1 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.1 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio de agendamento pelo endereço de correio eletrônico licitacoesrrf10.rs@rfb.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.1 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.1.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.1.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.1.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.1.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.1.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.1 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.1.1.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.1.1.2. fraudar a licitação;

11.1.1.1.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.1.1.3.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.1.1.3.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.1.1.3.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.1.2. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.1.3. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1.1. advertência;

11.2.1.2. multa;

11.2.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.2.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.1.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.1.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.1.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.1.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1.1, 11.1.1.2 e 11.1.1.3, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato licitado.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1.4, 11.1.1.5, 11.1.1.6, 11.1.1.7, 11.1.1.8 e 11.1.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.1, 11.1.1 e 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.1, 11.1.1, 11.1.1, 11.1.1 e 11.1.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.1, 11.1.1 e 11.1.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço de correio eletrônico licitacoessrrf10.rs@rfb.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br (UASG 170177).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice A – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice B – Instrumento de Medição de Resultado;

13.11.1 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

13.11.1 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.1 Anexo IV – Modelo de Declaração de Ausência de Nepotismo;

13.11.1 Anexo V – Modelo de Declaração de Vistoria e/ou Ciência das Condições Locais (Documento de Habilitação);

13.11.1 Anexo VI – Minuta do Termo de Confidencialidade para Prestadores de Serviços.

Porto Alegre - RS, (*datado digitalmente*).

Assinatura digital

CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

Delegação de Competência - Portaria nº 17, de 12/03/2021, publicada no DOU de 16/03/2021

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	170177-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS	ADRIANE BEVILAQUA	29/05/2026 13:28 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		13033.048232/2026-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços continuados de movimentação, carga, descarga e manuseio de selos de controle, bens móveis, mercadorias apreendidas, utensílios, formulários e materiais diversos, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para as unidades da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal (SRRF10) e de serviço de jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL), incluindo controle de pragas, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Serviço	Unidade de fornecimento	Quantidade máxima para 24 meses	Valor máximo para 24 meses (R\$)	Valor máximo do grupo para 24 meses (R\$)
1	1	Movimentação, carga e descarga para a SRRF10. CATSER 15890	Diária (8 horas)	1200	454.260,00	957.427,28
	2	Movimentação, carga e descarga para a ARF/PFO. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	432	95.696,64	
	3	Movimentação, carga e descarga para a DRF/SAO. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	432	95.696,64	
	4	Movimentação, carga e descarga para a IRF/BAG. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	300	63.204,00	
	5	Movimentação, carga e descarga para a ALF/RGE. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	200	44.868,00	

	6	Movimentação, carga e descarga para a IRF/CHU. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	300	63.204,00	
	7	Movimentação, carga e descarga para a DRF/PEL. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	400	93.720,00	
	8	Movimentação, carga e descarga para a IRF/JAG. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	200	46.778,00	
2	9	Jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas (2.135 m²). CATSER 24287	Evento de manutenção	12	57.388,80	62.598,20
	10	Controle de pragas (dedetização, desinsetização, desratização e assemelhados). CATSER 3417	Evento de controle de pragas	4	5.209,40	

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que serão contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados da data constante do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 A cada 12 (doze) meses serão avaliados a necessidade, a qualidade dos serviços e a vantajosidade dos valores, em conformidade com o estabelecido no Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os requisitos da contratação são os constantes no item 5 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e além disso:

Sustentabilidade

4.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1 Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como:

4.2.1.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.2.1.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.2.1.3 Racionalização/economia no consumo de energia e água;

4.2.1.4 Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;

4.2.1.5 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

4.2.1.6 Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

4.2.2 A contratada, além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, e das práticas de sustentabilidade, os quais levam em consideração o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis elaborado pela AGU, 6ª Edição /Setembro de 2023, ainda deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

4.2.2.1 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.2.2.2 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.2.2.3 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.2.2.4 Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.2.2.5 Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 10.936, de 2022, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;

4.2.2.6 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;

4.2.2.7 Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e

4.2.2.8 Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

4.2.3 A contratada deverá ainda:

4.2.3.1 Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.2.3.2 Orientar sobre o cumprimento, por parte dos seus empregados, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas de prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

4.2.3.3 Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação dos serviços;

4.2.3.4 Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

Subcontratação

4.3 Para o grupo 1: não será admitida a subcontratação. Para o grupo 2: a parcela principal do objeto, que é o serviço de jardinagem e manutenção de áreas verdes, é indelegável, sendo permitida a subcontratação parcial do objeto, ou seja, da parcela secundária referente ao controle de pragas, mediante anuência da fiscalização do contrato.

4.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas, mediante agendamento através do e-mail licitacoessrrf10.rs@rfb.gov.br.

4.10 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.12 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico/representante do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo que será Anexo do Edital.

4.13 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: As datas de início da prestação dos serviços serão aquelas contidas no item 5.9.2 dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão dispostas nos Estudos Técnicos Preliminares, especialmente no item 5, e nos itens seguintes deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Os serviços serão prestados nos locais indicados no item 5, Tabelas D, E e F, dos Estudos Técnicos Preliminares;

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: Conforme disposto no item 5 dos Estudos Técnicos Preliminares.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas dispostas nos Estudos Técnicos Preliminares, especialmente no item 5, e nos itens seguintes deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1 O Contratado deverá fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) adequados à execução do serviço objeto do contrato, sendo indispensável a disponibilização de luvas (couro ou malha de aço) e de capa de chuva para os serviços de movimentação, carga e descarga. Eventualmente, em razão da especificidade de determinado serviço, poderão ser solicitados outros equipamentos de proteção individual, que serão informados à contratada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

5.4.2 Para o serviço de jardinagem e manutenção de áreas verdes, o Contratado deverá disponibilizar aos seus colaboradores os equipamentos de proteção individual, tais como chapéu, luvas e botinas de segurança, óculos de proteção, capa de chuva e protetores auriculares, além de outros necessários para execução do serviço, e coletivos que se fizerem necessários para a prestação do serviço, inclusive mecanismos de segurança (como redes ou outras que se façam necessárias), a fim de evitar que resíduos (pedras, pedriscos, etc) atinjam veículos ou transeuntes. Eventualmente, em razão da especificidade de determinado serviço, poderão ser solicitados outros equipamentos de proteção, que serão informados à contratada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 O serviço será prestado por demanda, conforme explicitado no item 1 deste Termo de Referência e nos Estudos Técnicos Preliminares.

5.5.2 Para o serviço de movimentação, carga e descarga, a Contratante fará a solicitação até as 15 h do dia anterior ao previsto para a prestação dos serviços e o número de carregadores não excederá o quantitativo máximo informado no subitem 5.2.10 do Estudo Técnico Preliminar, a não ser com a anuência prévia da Contratada.

5.5.3 O pagamento será realizado mensalmente, com base nos preços constantes da proposta da contratada e no número de meias-diárias ou diárias solicitadas e prestadas no mês anterior.

5.5.4 Para o serviço de jardinagem e manutenção de áreas verdes e para o controle de pragas, a Contratante fará a solicitação e o serviço deverá ser iniciado em até 72 (setenta e duas) horas.

5.5.5 O pagamento será realizado após a finalização do evento de manutenção da área e/ou evento de controle de pragas, com base nos preços constantes da proposta da contratada.

5.5.6 Adverte-se que as quantidades indicadas no item 8 do Estudo Técnico Preliminar são meramente estimativas de demanda e serão adquiridas de acordo com as necessidades da Administração. Dessa forma, as empresas licitantes não poderão alegar o desconhecimento de tal condição como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta contratação.

Especificação da garantia do serviço

5.6 O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7 Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário: será exigido, no mínimo, o uso de camiseta, de jaleco ou de macacão com o nome e o logo da empresa que, em qualquer condição de tempo e temperatura, deverão estar bem visíveis, além de um crachá que identifique o funcionário.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice B deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18 O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19 O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20 A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22 É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23 O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.25 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.26 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.27 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.28 Cabe ao gestor do contrato:

6.28.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.28.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.28.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.28.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.28.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.28.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.28.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.28.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.28.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.28.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice B deste Termo de Referência.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 Uniformes e equipamentos;

7.4.2 Qualidade na prestação dos serviços; e

7.4.3 Cumprimento dos prazos estabelecidos.

Recebimento

7.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento de todos os relatórios de recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Efetuar a medição do valor mensal devido, com base nas documentações, na análise dos relatórios dos fiscais e no IMR, e dar ciência à Contratada, concedendo prazo para a contestação de glosas e descontos.

7.18.4 Realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (Art 21, III, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.18.5 Na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, poderão ser consultados os sítios eletrônicos oficiais para verificação da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.18.10 Realizar consulta ao CEIS, ao Cadastro de Inidôneos e ao CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

7.18.10.1 A consulta poderá ser realizada através da consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.18.11 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.12 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.13 Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de pagamento

7.27 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.28 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), pro rata die, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.29 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.30 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.33 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.

7.34 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.35 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.36 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.37 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.38 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.39 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.40 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.41 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.41.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.41.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.42 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1 O modo de disputa adotado para o presente certame é o aberto, pois é o que proporciona a busca da proposta mais vantajosa através de transparência e competição intensificada em tempo real. Ele permite lances sucessivos e prorrogações automáticas, estimulando a redução de custos e assegurando isonomia entre os licitantes. Diferente do modo fechado, o aberto exhibe os lances em tempo real (10 minutos iniciais + prorrogações), permitindo que licitantes ajustem suas propostas, aumentando a competitividade, o que tende a gerar lances finais menores, pois a disputa só termina quando não há mais interesse em cobrir a oferta dos demais licitantes.

9.1.2 Foi escolhida a modalidade pregão visto que esta é obrigatória para a contratação de serviços comuns, que é o caso deste processo. Já quanto à forma de realização, de acordo com o art. 17, §2º, as licitações serão realizadas preferencialmente sobre a forma eletrônica.

9.1.3 A forma eletrônica atende aos princípios da publicidade, isonomia, competitividade e celeridade, ampliando a participação de fornecedores. Além disso, reduz custos operacionais trazendo maior celeridade processual e facilidade de acesso para fornecedores de diferentes regiões, sendo obrigatória, salvo inviabilidade técnica devidamente motivada.

9.1.4 Quando da realização de licitação na modalidade pregão, obrigatória a adoção do critério de julgamento menor preço ou maior desconto, conforme art. 4º, I, da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022. O critério de julgamento menor preço foi escolhido de forma a selecionar a proposta que represente o menor dispêndio para a Administração, observados os parâmetros mínimos de qualidade definidos em edital, que assegurem o atendimento da necessidade que originou a licitação.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3 Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1 valor global: conforme valor estimado da contratação;

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.15 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.19 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.20 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.21 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.22 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de **10%** do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.23 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.24 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme modelo anexo ao Edital.

9.28.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.020.025,48 (um milhão, vinte mil, vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), sendo R\$ 957.427,28 (novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos) para o grupo 1 e R\$ 62.598,20 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte centavos) para o grupo 2, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/unidade: 00001/170177;

Fonte de recursos: 1032000000;

Programa de trabalho: 04.122.0032.2000.0001;

Elemento de despesa: 3390-39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; e

Plano interno: OUTRCUSTEIO.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Dos Apêndices ao Termo de Referência:

12.2.1 Apêndice A – Estudos Técnicos Preliminares;

12.2.2 Apêndice B – Instrumento de Medição de Resultado.

Encaminhe-se o presente Termo de Referência e seus anexos para o Chefe da Dipol para análise e aprovação.

13. ANEXO I

Justificativa: Será formalizado termo de contrato para a presente contratação, razão pela qual o anexo será excluído.

14. ANEXO II

Justificativa: Será formalizado termo de contrato para a presente contratação, razão pela qual o anexo será excluído.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminhe-se o presente Termo de Referência e seus anexos para o Chefe da Dipol para análise e aprovação.

SONIA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA

Membro da Equipe de Planejamento

ADRIANE BEVILAQUA

Coordenadora da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 13:28:23.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice A - Estudo Tecnico Preliminar n 09-2026.pdf (646.63 KB)
- Anexo II - Apendice B - IMR.pdf (141.32 KB)

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS

Estudo Técnico Preliminar 9/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 13033.048232/2026-51

2. Introdução

2.1 A Equipe de Planejamento designada pela Portaria SRRF10 nº 833, de 09/01/2026, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 8, de 13/01/2026, (doc 08) elaborou os Estudos Preliminares para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, da forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e a IN SEGES/ME nº 98/2022.

2.2 Legislação aplicada aos serviços, de modo geral:

- a) IN Seges/MPDG nº 5 de 25/05/2017: dispõe a contratação de serviços terceirizados para a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e tem aplicação autorizada por meio da IN SEGES/ME nº 98/22 para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços fundamentados na Lei 14.133/21;
- b) Lei nº 14.133, de 01/04/2021;
- c) Decreto nº 10.024, de 20/09/2019: regulamenta o Pregão Eletrônico;
- d) Decreto nº 11.430, de 08/03/2023: regulamenta a Lei nº 14.133;
- e) Portaria COPOL nº 547, de 10/12/2025: que estabeleceu as diretrizes para a gestão dos referenciais orçamentários da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para o exercício financeiro de 2026;
- f) Outras normas aplicáveis.

2.3 Não há necessidade de classificar estes Estudos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

3. Descrição da necessidade

3.1 Trata-se de nova contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de movimentação, carga, descarga e manuseio de selos de controle, bens móveis, mercadorias apreendidas, utensílios, formulários e materiais diversos, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para as unidades da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal (SRRF10) e de serviço especializado de jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL), incluindo controle de pragas, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

3.2 Atualmente os serviços de movimentação de cargas sob demanda estão sendo prestados nestes locais e são oriundos dos seguintes contratos:

- a) DRF/CXL nº 01/2021, decorrente do processo administrativo 11020.720098/2021-36, abrangendo os municípios de Passo Fundo e Caxias, celebrado entre a União e a empresa Milton Cordeiro Machado, CNPJ nº 07.878.831/0001-00, vigente até 22/03/2026, sem possibilidade de prorrogação;
- b) SRRF10 nº 10/2022, decorrente do processo administrativo 11000.725911/2022-83, abrangendo os municípios de Porto Alegre, Rio Grande, Chuí e Bagé, celebrado entre a União e a empresa Karoline Medeiros Nunes Ltda, CNPJ nº 37.279.182/0001-91, vigente até 14/09/2026; e
- c) SRRF10 nº 11/2022, decorrente do processo administrativo 11000.725911/2022-83, abrangendo os municípios de Jaguarão e Pelotas, celebrado entre a União e a empresa Tux Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda, CNPJ nº 23.999.884/0001-35, vigente até 05/09/2026.

3.3 Dessa forma, a Administração está providenciando uma nova contratação desses serviços.

3.4 A contratação dos serviços de carregador visa a possibilitar a realização de atividades que demandem transporte e/ou movimentação de cargas e materiais, como móveis e mercadorias, serviços esses relevantes ao desenvolvimento das rotinas operacionais de unidades da Receita Federal do Brasil, visto que a 10ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil possui como uma de suas principais características a vocação Aduaneira, dada a vasta fronteira internacional que compartilha com os países vizinhos do Mercosul, Argentina e Uruguai. Dentre as atividades exercidas por esta Delegacia, Inspeção e Alfândegas, destaca-se a de repressão e combate ao contrabando e descaminho na zona secundária, sendo que o desempenho desta atividade resultou, nos últimos anos, na apreensão de considerável volume e variedade de mercadorias.

3.5 A terceirização desse serviço é essencial para que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais da melhor maneira possível. Caso inviável a terceirização dos serviços de carregador, a execução direta dessas atividades exigiria a utilização de mão de obra de servidor público. Estas são usualmente muito mais dispendiosas para a Administração, o que diminuiria a eficiência do serviço público. Além disso, desviar-se-ia o foco de atuação da área-fim.

3.6 Os referidos serviços têm caráter auxiliar às tarefas institucionais da RFB, porém são essenciais para o desempenho de diversas das atividades operacionais das unidades contempladas por sua contratação.

3.7 Ressalta-se que os serviços de carregador são essenciais para a SRRF10, pois possibilita que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais com boas condições de trabalho, possibilitando concentrar as energias para o bom atendimento dos objetivos da instituição.

3.8 Para o serviço de jardinagem na Delegacia da RFB em Caxias do Sul, o imóvel sofreu um incêndio parcial e atualmente está sem contrato vigente. Informa-se que a unidade se localiza num imóvel que possui extensa área externa (2.135 m²) composta por jardins, gramados, árvores e canteiros que demandam cuidados regulares. Contudo, o atual contrato de serviços de limpeza do prédio não abrange atividades de jardinagem nem de manutenção do ambiente externo, o que impede a adequada conservação desses espaços.

3.9 A falta de manutenção periódica no jardim da DRF/CXL tem impactos diretos, como: riscos à segurança devido ao crescimento excessivo da vegetação e possíveis focos de pragas; degradação estética da área externa, prejudicando a imagem institucional e a percepção de zelo com o patrimônio público, ainda mais após o incêndio, trazendo a sensação de que o prédio foi “abandonado”; comprometimento da drenagem e circulação no entorno do prédio, causado pelo acúmulo de resíduos vegetais e pelo crescimento descontrolado do gramado; potencial proliferação de insetos e organismos nocivos, o que reforça a necessidade de controle de pragas como parte do contrato; necessidade recorrente de intervenções específicas (podas, cortes, limpezas e tratamentos), que não têm cobertura contratual atual e não podem ser realizadas por equipe interna.

3.10 A decisão sobre a contratação é também motivada tendo em vista o melhor aproveitamento de recursos, porém sem renunciar ao mínimo necessário em um aspecto que, se descuidado, poderá ter consequências negativas ao perfeito andamento das rotinas regimentais das unidades, podendo impactar o atendimento ao cidadão e à imagem da instituição.

3.11 Ressalta-se que os serviços de jardinagem e manutenção periódica no jardim que ora se pretende contratar são considerados essenciais para a preservação do patrimônio público, bem como para garantir o bom funcionamento das instalações físicas, possibilitando, desta forma, que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais no melhor ambiente de trabalho possível, com boas condições para atendimento ao público.

3.12 A Administração Pública Federal vem pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. Nessa esteira, a edição do Decreto nº 9.507/2018, de 21 de setembro de 2018, publicado no DOU de 24/09/2018, que manteve a possibilidade de as unidades administrativas contratarem, de forma indireta, a prestação de diversas atividades, dentre as quais situa-se as que são objeto deste Documento. Outrossim, os serviços constantes da presente contratação enquadram-se no disposto na Portaria nº 443/2018.

3.13 Cumpre destacar que se faz necessária a contratação para a execução indireta dos serviços em comento em face da inexistência de mão de obra para realização dos serviços nos quadros funcionais típicos da SRRF10 e de suas unidades.

3.14 O procedimento licitatório, do ponto de vista da Administração Pública, favorece a contratação pelo menor preço, já que a disputa obriga as eventuais licitantes a fornecerem seus serviços, no caso específico ao setor público, a preços mais vantajosos.

3.15 A economicidade poderá ser obtida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado certame licitatório, cujo critério de julgamento será o “Menor Preço”.

3.16 Por todo o exposto, verifica-se a necessidade de realizar o respectivo procedimento licitatório, para contratação dos serviços em questão garantindo a prestação de serviços de qualidade, aliada ao critério de seleção da contratação que gere menor dispêndio orçamentário.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Programação e Logística da SRRF/10ªRF	Higino Arthur Perea Schmidt

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 São os seguintes os requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

5.2 Serviço de movimentação, carga e descarga:

5.2.1 A demanda prevista é a execução dos serviços de transporte, movimentação, manuseio, carga e descarga em geral de móveis, de mercadorias apreendidas e a serem doadas, de bens, de utensílios, de formulários e de artigos diversos, a serem disponibilizados nas unidades vinculadas à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal (SRRF10) situados nos locais indicados na Tabela D abaixo.

5.2.2 O serviço prevê as seguintes atividades: efetuar a mudança de móveis, computadores, utensílios e materiais diversos quando da alteração de leiaute de salas ou áreas de serviço/setores, bem como de outras demandas; efetuar carga e descarga de móveis, utensílios e materiais diversos; desmontar móveis previamente à

movimentação, no caso de a tarefa exigir somente a utilização de chave de fenda, chave Phillips, chave Allen, chave de boca entre outras ferramentas comuns; efetuar a entrega e distribuição de material de consumo e permanente; auxiliar na preparação e transporte de caixas, pacotes e sacolas a serem manuseadas; acomodar e acondicionar mercadorias em caixas, bolsas, sacos, prateleiras, estantes, contêineres e afins; remover galhos ou matéria orgânica do estacionamento das unidades da Receita Federal do Brasil abrangidas por este contrato; zelar pelos materiais transportados e pelas instalações da repartição; auxiliar na destruição de mercadorias apreendidas; efetuar outras atividades correlatas ao serviço contratado, assim entendidas as tarefas adicionais, complementares ou similares ao serviço principal, ou seja, tarefas que fazem parte do contexto do serviço, mas não foram explicitadas detalhadamente no contrato.

5.2.3 Os serviços a serem contratados serão remunerados por demanda de acordo com as necessidades da Contratante e mediante solicitação desta, pelo sistema de convocação de unidades de meia diária, que corresponde a um período de 4 horas, ou de convocação de unidade de diária, que corresponde a um período de 8 horas.

5.2.4 A demanda poderá ocorrer, como regra, de segunda a sexta-feira, conforme o horário normal de expediente de cada uma das unidades. Poderá haver chamados:

- a) com início das atividades antes do horário de começo do expediente do órgão; e/ou
- b) com fim das atividades após o horário final de expediente do órgão.

5.2.5 Poderá ser admitida a flexibilização da execução da atividade ao longo e fora do horário de expediente.

5.2.6 Excepcionalmente poderá haver chamados em dias não úteis. As meias diárias e /ou diárias referente aos chamados em dias não uteis obedecerão à mesma carga horária dos dias úteis.

5.2.7 O período da meia diária e/ou diária, de 4 ou 8 horas, deverá ser de efetiva execução do serviço, não abrangendo o período de alimentação ou descanso.

5.2.8 Eventual execução de atividades além do limite de quatro horas, quando a convocação for de uma meia diária, a contratante fará o pagamento à contratada, referente a cada carregador, conforme Tabela A abaixo:

Tabela A: Tempo de execução	Do pagamento
Até 4h10min (10 min de tolerância)	1 meia diária
De 4h11min até 6h	1,5 meia diária
De 6h01min até 8h	2 meias diárias

5.2.9 Eventual execução de atividades além do limite de oito horas, quando a convocação for de duas meias diárias ou de diária, a contratante realizará o pagamento do período adicional de prestação dos serviços conforme Tabela B abaixo:

Tabela B: Tempo de execução	Do pagamento (das duas meias diárias)	Do pagamento (da diária)
Até 8h10min (10 min de tolerância)	2 meias diárias	1 diária
De 8h11min até 10h	2,5 meias diárias	1,25 diária
De 10h01min até 12h	3 meias diárias	1,5 diária

5.2.10 O limite máximo de carregadores a serem chamados pela Contratante para a mesma data é a seguinte:

Tabela C	
Unidade demandante	Quantidade máxima de funcionários convocados por dia
SRRF10	4
ARF/PFO	6
DRF/SAO	6
IRF/BAG	3
ALF/RGE	2
IRF/CHU	2
DRF/PEL	2
IRF/JAG	2

5.2.11 Um mesmo carregador poderá permanecer, a pedido da contratante, durante dois turnos de 4 (quatro) horas à disposição da Administração, com o correspondente pagamento.

5.2.12 A empresa não poderá enviar o mesmo carregador mais do que duas vezes na semana ao mesmo local.

5.2.13 Endereços de prestação do serviço:

Tabela D: Do local de prestação dos serviços	
Unidade – sigla	Endereço
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal - SRRF10	Av. Loureiro da Silva, nº 445, Centro, CEP 90013-900, Porto Alegre/RS
Agência da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo - ARF/PFO	Rua Paissandu, nº 753, Centro, CEP 99010-100, Passo Fundo/RS
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo - DRF/SAO	Av. Brasil, nº 1400, Centro, CEP 98801-590, Santo Ângelo/RS
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Bagé - IRF/BAG	Rua Marcílio Dias, nº 801, Centro, CEP 96400-021, Bagé/RS
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Rio Grande - ALF/RGE	Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 300, Centro, CEP 96200-380, Rio Grande/RS
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí - IRF/CHU	Br. 471, Km 690, Área Rural, CEP 96255-000, Chuí/RS
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas - DRF/PEL	Rua Professor Araújo, nº 216, Centro, CEP 96020-360, Pelotas/RS
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Jaguarão - IRF/JAG	Rua Uruguai, nº 1365, Centro, CEP 96300-000, Jaguarão/RS

5.2.14 Os serviços serão prestados predominantemente nas dependências dessas unidades, de acordo com as necessidades da Contratante e mediante solicitação desta, com remuneração pelo sistema de meia diária, que corresponde a 4 (quatro) horas de prestação de serviços por funcionário, ou pelo sistema de diária, que corresponde a 8 (oito) horas de prestação de serviços por funcionário.

5.2.15 Eventualmente poderá haver a solicitação de prestação de serviços em outras localidades, exemplificadas na Tabela E abaixo, por ocasião do transporte de materiais, mercadorias apreendidas entre outras atividades pertinentes às unidades favorecidas pela contratação.

Tabela E: outros possíveis locais de prestação dos serviços		
Unidade demandante	Unidade atendida	Endereço
SRRF10	Agência da Receita Federal do Brasil em Gravataí - ARF/GRA	Rua Coronel Sarmento Leite, nº 1699, Centro, CEP 94010-031, Gravataí/RS
SRRF10	Agência da Receita Federal do Brasil em Tramandaí - ARF/TRA	Rua Barão do Rio Branco, nº 19, Centro, CEP 95590-000, Tramandaí/RS
SRRF10	Agência da Receita Federal do Brasil em Torres - ARF/TOR	Rua Joaquim Porto, nº 448, CEP 95560-000, Torres/RS
ARF/PFO	Depósito de Mercadorias e Veículos Apreendidos em Passo Fundo - DMVA/PFO	Rua Álvares Cabral, bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS
ARF/PFO	Agência da Receita Federal do Brasil em Erechim - ARF/ERE	Rua São Paulo, nº 55, Sala térrea, Centro, CEP 99700-302, Erechim/RS
ARF/PFO	Agência da Receita Federal do Brasil em Lagoa Vermelha - ARF/LVA	Av. Afonso Pena, nº 650, sala 20 e 22, Centro, CEP 95300-000, Lagoa Vermelha/RS
ARF/PFO	Agência da Receita Federal do Brasil em Carazinho - ARF/CRO	Av. Pátria, nº 230, Centro, CEP 99500-000, Carazinho/RS
IRF/BAG	Área de Controle Integrado em Aceguá - ACI/Aceguá	BR 153, nº 251, Aceguá/RS
Todas as unidades demandantes poderão solicitar o serviço para outros locais (tais como estradas), cujos endereços somente serão divulgados no momento oportuno.		

5.2.16 Os carregadores serão disponibilizados pela contratada nos locais indicados na Tabela D, sempre que solicitado, com os custos do transporte arcados pela contratada.

5.2.17 Eventual necessidade de carregamento em outros municípios, exemplificada na Tabela E, será de responsabilidade da contratante, que providenciará o deslocamento.

5.2.18 A critério da Fiscalização do Contrato, e buscando a eficiência na realização de atividade específica, a Contratante poderá realizar, a seu critério e por conta própria, alguma das conduções de carregadores que sejam de responsabilidade da contratada.

5.2.19 Ocorrendo mudança de locais de execução durante a vigência do contrato, ficará a Contratada obrigada a executá-los nos novos endereços.

5.2.20 Está compreendida na presente contratação a possibilidade de os funcionários da Contratada prestarem serviço, na mesma data, em mais de uma localidade, de acordo com a conveniência e a necessidade de serviço da Contratante.

5.2.21 As despesas com alimentação, quando forem convocados para duas meias diárias ou para diária e, especialmente, quando houver deslocamento para outras cidades, são de responsabilidade da Contratada.

5.2.22 Das Ordens de Serviço

5.2.22.1 A Contratante solicitará os funcionários necessários para a consecução de seus objetivos até as 15 horas do dia útil imediatamente anterior à efetiva apresentação dos funcionários.

5.2.22.2 A Contratante advertirá em especial a Contratada para o caso de a Ordem de Serviço estar vinculada a deslocamento dos funcionários a outras localidades. Nesse caso, por envolver logística de transporte, motorista, eventual deslocamento para cidades distantes do ponto inicial (Tabela D), o prejuízo pelo atraso no início do deslocamento é considerável para a Contratante.

5.2.22.3 A Contratante solicitará os carregadores à Contratada por meio de correio eletrônico (e-mail), com comprovante de recebimento; ou, a critério da fiscalização de contratos, por outro meio de comunicação.

5.2.22.4 Na Ordem de Serviço, a Contratante solicitará o quantitativo necessário de carregadores, indicando a carga horária necessária estimada (4 horas ou 8 horas) e indicará o horário e local de apresentação dos funcionários (Tabela D).

5.2.22.5 O marco inicial para a contagem da jornada será o horário da apresentação da totalidade dos carregadores para o turno a que foram convocados.

5.2.22.6 O marco final para a contagem da jornada será o horário de dispensa dos carregadores nos locais indicados na Tabela D, inclusive quando as atividades ocorrerem em local diverso daqueles relacionados na Tabela D.

5.2.22.7 No caso de o funcionário da Contratada atrasar-se para sua apresentação ao trabalho em mais de 60 (sessenta) minutos e esse atraso tiver ocasionado mudanças necessárias na programação de serviço para a data, a Contratante, a seu critério e após avaliação da viabilidade da execução do serviço programado para aquele dia, poderá dispensá-lo, juntamente aos outros eventuais carregadores que chegaram pontualmente, não ficando obrigada ao pagamento da(s) respectiva(s) meia(s) diária(s) ou diária(s), e sujeitando a Contratada às disposições do Instrumento de Medição de Resultado e às sanções administrativas cabíveis.

5.3 Serviço de jardinagem e manutenção de área verde:

5.3.1 A demanda prevista é a execução dos serviços de jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica de área externa de 2.135 m² composta por jardins, gramados, árvores e canteiros que demandam cuidados regulares, além do controle de pragas, a serem disponibilizados na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL).

5.3.2 A contratação prevê a prestação do serviço de roçada, capina, corte de grama e de vegetação de pequeno e médio porte, retirada de plantas desnecessárias e de vegetação daninha desde a sua raiz, poda e corte de árvores, arbustos e demais plantas, além de outras tarefas correlatas e pertinentes aos serviços, assim entendidas as tarefas adicionais, complementares ou similares ao serviço principal, ou seja, tarefas que fazem parte do contexto do serviço, mas não foram explicitadas detalhadamente no contrato.

5.3.3 A demanda engloba o serviço de controle de pragas (dedetização, desinsetização, desratização e assemelhados).

5.3.4 Os serviços a serem contratados serão remunerados por demanda de acordo com as necessidades da Contratante e mediante solicitação desta, pelo sistema de convocação de evento de manutenção de áreas verdes e /ou controle de pragas.

5.3.5 Os serviços serão prestados, como regra, de segunda a sexta-feira, conforme o horário normal de expediente da unidade e sempre mediante comunicação prévia com a fiscalização de contratos.

5.3.6 Endereço onde o serviço será executado:

Tabela F: Do local de prestação dos serviços	
Unidade – sigla	Endereço
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul - DRF/CXL	Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, bairro Rio Branco, CEP 95010-902, Caxias do Sul/RS

5.3.7 A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços, sendo a guarda, transporte e reposição dos mesmos de sua inteira responsabilidade.

5.3.8 A Contratada deverá disponibilizar aos seus colaboradores os equipamentos de proteção individual (chapéu, luvas e botinas de segurança, óculos de proteção, capa de chuva e protetores auriculares, além de outros necessários para execução do serviço) e coletivo que se fizerem necessários para a prestação do serviço, inclusive mecanismos de segurança (como redes ou outras que se façam necessárias), a fim de evitar que resíduos (pedras, pedriscos, etc) atinjam veículos ou transeuntes. Eventualmente, em razão da especificidade de determinado serviço, poderão ser solicitados outros equipamentos de proteção, que serão informados à contratada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

5.3.9 A Contratada deverá promover o adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos conforme legislação.

5.3.10 Controle de pragas:

5.3.10.1 A Contratada deverá efetuar, duas vezes por ano (a cada seis meses) dedetização, desratização e controle de pragas em geral da área, com aplicação de produtos aprovados pela inspeção sanitária competente, mediante solicitação da Contratante e em data a ser acordada com a fiscalização do contrato. Será permitida a subcontratação deste serviço, através de empresa especializada, devidamente registrada nos órgãos competentes, após autorização da Contratante.

5.3.10.2 Deverá ser fornecido laudo comprobatório do serviço, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a realização dos mesmos, cabendo à Contratada garantir os serviços por, mínimo, 06 (seis) meses a partir da intervenção inicial, sem qualquer ônus à Contratante.

5.3.10.3 A empresa responsável pelo serviço deverá providenciar máscaras de proteção para os porteiros ou vigilantes da Contratante, orientando-os sobre os procedimentos de prevenção, enquanto durar a operação e para permanência no local. A realização desses serviços deverá ocorrer fora do horário de expediente normal, devendo, ainda, ser agendada, previamente, junto à unidade solicitante. Retirar as tampas das caixas de gorduras/esgotos /águas pluviais, quando dos serviços de desinsetização e controle de pragas, ficando a empresa responsável por quaisquer avarias.

5.3.11 Das Ordens de Serviço:

5.3.11.1 A Contratante solicitará a prestação do serviço à Contratada por meio de correio eletrônico (e-mail), com comprovante de recebimento; ou, a critério da fiscalização de contratos, por outro meio de comunicação.

5.3.11.2 O início da execução do serviço deverá ocorrer em até 72 (setenta e duas) horas, contados da solicitação da Contratante por meio da Ordem de Serviço.

5.3.11.3 O serviço de jardinagem e manutenção de área externa de 2.135 m² deve ser finalizado em até 2 (dois) dias úteis, cabendo à contratada alocar o quantitativo de funcionários que julgar necessário para a realização do serviço. Os prazos para as execuções podem ser reajustados com autorização da Contratante.

5.4 Do preposto

5.4.1 A empresa contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato ou manter funcionário, de seus quadros, encarregado desta função.

5.4.2 A Administração exigirá que a Contratada tenha, desde a data de início de vigência do contrato até seu encerramento, um preposto indicado para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o fiscal da Contratante, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações,

recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

5.4.3 É requerida a disponibilidade do preposto para estreita comunicação com a contratante dadas as características próprias do serviço, cuja demanda é sazonal. Sua participação facilitará a organização das atividades e da disponibilização da mão de obra, bem como a da sua eventual substituição (na hipótese de falta ao serviço de algum trabalhador).

5.4.4 Apesar de não ser requerido que o preposto esteja em escritório e/ou em local geográfico próximo à sede das unidades demandantes, excepcionalmente, o preposto poderá ser convocado para reuniões, para acompanhamento de alguma atividade que requeira sua presença ou em outras situações que o fiscal do contrato considerar relevante. O local de apresentação do preposto será preferencialmente em Porto Alegre para o grupo 1 e Caxias do Sul para o grupo 2.

5.5 Atribuições e obrigações específicas do preposto:

5.5.1 Possuir endereço eletrônico, número telefônico fixo e/ou móvel, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados.

5.5.2 Informar relação com nome de cada funcionário que executará as atividades ANTES da efetiva prestação do serviço ao fiscal do contrato.

5.5.3 Garantir o cumprimento das atividades, por parte dos funcionários, das diretrizes estabelecidas para sua realização.

5.5.4 Reportar-se ao Fiscal do Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

5.5.5 Cumprir e fazer cumprir as diretrizes e normas disciplinares da Contratante, dentro dos limites impostos pelo contrato e pela legislação.

5.5.6 Receber as observações e determinações do Fiscal do Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, identificando necessidades de treinamento e adequação da mão de obra disponibilizada.

5.5.7 Acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.5.8 Instruir seus empregados a apresentarem-se ao trabalho pontualmente, obedecendo às regras básicas de higiene.

5.5.9 Instruir seus empregados a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.5.10 Informar aos seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações da Contratante portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato.

5.5.11 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.

5.5.12 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

5.5.13 Instruir seus empregados a relacionem-se com os servidores, funcionários e contribuintes de forma respeitosa e educada.

5.5.14 Instruir seus empregados para que cumpram a programação dos serviços elaborada pela Contratante de forma a garantir as condições de rapidez e segurança necessárias.

5.5.15 Instruir seus empregados a sempre utilizarem o uniforme e, quando a situação exigir, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

5.5.16 Orientar seus empregados a observarem conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

5.5.17 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas da Contratante.

5.5.18 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Contratante.

5.5.19 Providenciar a reposição imediata de quaisquer empregados, nos casos de faltas ou impedimentos, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho ou a utilização de empregado que se encontra no período de descanso, nos termos da legislação em vigor.

5.5.20 Substituir imediatamente e sempre que exigido pela Contratante e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do Serviço Público, entendida como inadequada para prestação dos serviços, ou ainda nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste documento.

5.5.21 Impedir que o empregado responsável por falta disciplinar qualificada como de natureza grave seja mantido ou retorne à atividade nas dependências da Contratante.

5.5.22 Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição imediata da mão de obra em caso de ausência.

5.5.23 Comunicar à fiscalização do contrato quaisquer fatos ou circunstâncias detectados por seus empregados, quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público.

5.5.24 Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.

5.5.25 Garantir o cumprimento das atividades por parte dos funcionários e das diretrizes estabelecidas para sua realização.

5.5.26 Reportar-se ao Fiscal do Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

5.5.27 Cumprir e fazer cumprir, pelos funcionários postos à disposição, as diretrizes e normas disciplinares da Administração, dentro dos limites impostos pelo contrato e pela legislação.

5.5.28 Orientar e atentar para que os funcionários deem a todas as pessoas, de forma indiscriminada, tratamento adequado, respeitoso e atencioso.

5.5.29 Receber as observações e determinações do Fiscal do Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra.

5.5.30 Zelar para que os funcionários não recebam ordens emanadas de quaisquer dos servidores da RFB, salvo aquele(s) que estiverem no comando da atividade. As ordens administrativas serão sempre intermediadas pelo preposto, com relação àquelas oriundas do fiscal do contrato, nomeado por Portaria específica do órgão. Na

ocorrência de situações marginais a esta regra, o preposto deverá notificar o Fiscal do Contrato que adotará as providências cabíveis no âmbito da Contratante.

5.5.31 Responsabilizar-se pelo atendimento das solicitações de serviço emitidas pela Contratante, bem como manter contato com o fiscal do contrato, realizando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações.

5.5.32 Representar a Contratada na execução do contrato, instruindo seus funcionários quanto à necessidade de acatar as orientações da fiscalização do contrato, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas.

5.5.33 Receber as reclamações feitas pela Contratante e, por consequência, tomar todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

5.6 Os empregados da contratada deverão atender, dentre outros, aos seguintes requisitos mínimos:

5.6.1 Deverão ser maiores de 18 (dezoito) anos, selecionados e preparados para prestar os serviços.

5.6.2 Demonstrar competências pessoais, tais como: disposição, agir com bom senso e agilidade, demonstrar iniciativa, interesse, organização, educação, autonomia, paciência, entusiasmo, respeito, espírito de equipe, capacidade de autoavaliação, interesse no aprimoramento profissional, ser assíduo e pontual.

5.6.3 Tratar as pessoas com urbanidade e respeito, utilizando a forma de comunicação em linguagem formal, em tom moderado, sendo proibido o uso de gírias, jargões, palavrões, expressões coloquiais ou qualquer outra forma diversa da estabelecida pela Administração.

5.6.4 Guardar sigilo de documentos, assuntos tratados e informações às quais, por qualquer meio venha a ter acesso no exercício de suas funções, referentes à Administração Pública, servidores, contribuintes ou qualquer outra que, por sua natureza, não devam ser divulgados. Em caso de descumprimento do sigilo, a Administração procederá à análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções na esfera penal e civil.

5.6.5 Manter sigilo sobre os dados pessoais, hábitos e rotinas dos colaboradores e visitantes da Contratada.

5.6.6 Cumprir todas as determinações e normas estabelecidas pela legislação sobre medicina e segurança do trabalho, inclusive no tocante ao uso de EPI, se necessário.

5.6.7 Cumprir determinações e todas as normas estabelecidas na legislação trabalhista.

5.6.8 Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato.

5.6.9 Zelar pela integridade, segurança, limpeza e conservação dos materiais, equipamentos e instalações, em especial, dos bens que utilizar no desempenho de suas funções, apontando os consertos que se fizerem necessários.

5.6.10 Obedecer às regras de higiene e asseio.

5.6.11 Apresentar-se devidamente uniformizado com as peças de vestuário limpas, portando crachá e documento oficial de identificação.

5.6.12 Manter-se no local de trabalho, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

5.6.13 Cumprir a jornada de trabalho estabelecida.

5.6.14 Executar a programação de atividades feita periodicamente pela Administração de forma a garantir a eficácia dos serviços prestados.

5.6.15 Executar as demais tarefas determinadas pelo preposto e que sejam compatíveis com o seu cargo.

5.6.16 Manter-se atualizado através do preposto acerca das informações necessárias para a correta execução do seu trabalho.

5.6.17 Atender prontamente todas as solicitações relacionadas ao cumprimento do posto de serviço e emanadas dos postos, por determinação do Fiscal do Contrato.

5.6.18 Abster-se da execução de atividades alheias aos serviços do posto.

5.6.19 Comunicar imediatamente ao preposto da empresa e ao fiscal do contrato, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para as pessoas ou ao patrimônio da Administração.

5.6.20 Comunicar imediatamente ao preposto da empresa e ao fiscal do contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

5.6.21 Oferecer as informações disponíveis e necessárias para a boa condução dos serviços.

5.6.22 Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

5.6.23 Registrar e controlar, junto à Administração, a pontualidade, bem como as ocorrências havidas.

5.7 Vínculo dos empregados com a contratada

5.7.1 A Contratada será responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista.

5.8 Do enquadramento dos serviços

5.8.1 Os serviços de carregadores e de jardinagem e manutenção de áreas verdes enquadram-se como serviços de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da RFB, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional da Receita Federal do Brasil.

5.9 Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

5.9.1 A vigência inicial da contratação terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base nos artigos 106 e 107, da Lei 14.133, de 2021.

5.9.2 O termo inicial da prestação dos serviços será:

Unidade administrativa	Serviço	Data de início das atividades
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal - SRRF10	movimentação, carga e descarga	15/09/2026
Agência da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo - ARF/PFO	movimentação, carga e descarga	Imediato
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo - DRF/SAO	movimentação, carga e descarga	Imediato
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Bagé - IRF/BAG	movimentação, carga e descarga	15/09/2026

Alfândega da Receita Federal do Brasil em Rio Grande - ALF/RGE	movimentação, carga e descarga	15/09/2026
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí - IRF/CHU	movimentação, carga e descarga	15/09/2026
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas - DRF/PEL	movimentação, carga e descarga	06/09/2026
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Jaguarão - IRF/JAG	movimentação, carga e descarga	06/09/2026
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul - DRF/CXL	jardinagem e manutenção de áreas verdes	Imediato

5.9.3.A cada 12 (doze) meses serão avaliados a necessidade, a qualidade dos serviços e a vantajosidade dos valores, em conformidade com o estabelecido no Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário

5.10 Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

5.10.1 Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação dos serviços, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Foram analisadas contratações similares feitas por outras Unidades Gestoras no âmbito da Receita Federal do Brasil, por meio de consultas a outros editais e ao ETP Digital, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e constatou-se que a metodologia adotada está alinhada às demais contratações.

6.2 Para a contratação dos serviços em comento, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

6.3 Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

6.4 A demanda é relativamente comum, sendo prestada por ampla gama de empresas que existem no mercado, uma vez que as tecnologias e rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

6.5 No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

6.6 Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação:

6.6.1 Contratação de serviço com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sistemática em que a empresa disponibiliza funcionários para permanecer nas dependências da contratante em período integral aguardando solicitação de serviço; e

6.6.2 Contratação em função da demanda, em que a empresa disponibiliza funcionários conforme a necessidade da Administração.

6.7 Nenhuma das formas de contratação limitariam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação dos serviços, para as quais o mercado está preparado.

6.8 Após análise das opções apresentadas pelo mercado, foi definido que convém que os serviços sejam prestados de forma indireta na forma do subitem 6.6.2 acima, conforme justificativas apresentadas a seguir:

6.9 O método mais usual entre as unidades da RFB na 10ª Região Fiscal é o de contratação de serviço continuado de carregadores e jardineiros, com disponibilização de mão de obra em tempo integral, com pagamento mensal. Essa possibilidade, caso utilizada, acabaria por exceder a necessidade de serviço que a SRRF10 vem apresentando nos últimos anos, encarecendo-a e dificultando a fiscalização de sua prestação. Além disso, abaixo seguem demais razões que determinaram a escolha da Administração em contratar os serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra.

6.10 Da análise entre os dois métodos, restou diferenças entre os tipos de contratação, sendo que apenas uma delas se coaduna com a rotina e com as características da demanda desta contratante.

6.11 Determinadas unidades têm necessidade de manter pelo menos um posto fixo de prontidão a fim de desempenhar tarefas que podem surgir inopinadamente. É o caso, para ilustrar, da Agência da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS. Essa unidade pode receber carga apreendida para a guarda em estoque sem aviso suficientemente prévio para acionar um carregador. Ademais, essa unidade, bem como outras Delegacias da RFB nesta Região Fiscal, tem depósito de mercadorias, instalação esta que requer a permanência de carregadores para darem conta da rotina administrativa.

6.12 A SRRF10 e as unidades abarcadas neste processo não têm essas peculiaridades, tampouco características e rotinas administrativas que requeiram um carregador disponível durante todo o expediente.

6.13 A unidade contratante que paga mensalmente por contrato de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra deve, por óbvio, usufruir o serviço neste período. Não caberia, portanto, a Administração cumprir com o pagamento e não obter como contrapartida a prestação efetiva de serviço. Esse risco ocorreria com a SRRF10, pois como as demandas não obedecem a uma dada regularidade, em algum determinado mês poderia não haver tarefas ao carregador e mesmo assim a contratante teria de pagar o preço mensal contratado no dado período.

6.14 No Acórdão nº 2.343/2016 - Plenário, conforme o relator Raimundo Carreiro:

O método para definição da quantidade e tipos de postos de trabalho para a prestação de serviços [...] e a prática de adoção de dados gerenciais no decorrer na execução contratual são essenciais para possibilitar à administração conhecer as demandas de sua organização e realizar melhores contratações. Como exemplo, há casos em que a contratação de um determinado tipo de posto de trabalho pode vir a ficar ocioso no decorrer da contratação, sendo assim o serviço referente a esse posto poderia ser prestado de forma eventual, ou seja, sob demanda [...]. Nessa modalidade, há ainda a vantagem de menores riscos com a responsabilização subsidiária pelos encargos trabalhista e previdenciários, além de a fiscalização administrativa ser simplificada, fato que contribui para fiscalização do objeto da contratação ser mais atuante. Por outro lado, em uma contratação com pagamento exclusivamente pelos serviços prestados sob demanda, poderia ser mais oneroso para a administração caso esse serviço seja constantemente prestado no dia a dia da organização, nesse caso se justificaria a contratação de um posto de trabalho, pois não haveria ociosidade desse posto. Por esse motivo, a organização deve avaliar periodicamente os tipos de serviços que suas instalações demandam. Em igualdade de custos entre as duas modalidades de contratação, ou seja, a

modalidade de serviços sob demanda em que a mão de obra fica alocada fora do âmbito da organização e a modalidade de contratação por posto de trabalho, a primeira opção se mostraria mais vantajosa.

6.15 A permanência de um ou dois profissionais não atenderia a todas as atividades da SRRF10 e das unidades envolvidas na contratação. O histórico de chamados evidencia que, em muitas ocasiões, foram chamados para um mesmo expediente dois ou mais carregadores para que dessem conta do volume das tarefas. A depender de determinados equipamentos e da quantia de materiais a serem transportados, há a necessidade de que mais de dois carregadores atuem simultaneamente. A estratégia de chamamento proposta para a pretendida contratação permite a flexibilização do número de carregadores em função da demanda, que é caracterizada por ser sazonal e irregular.

6.16 A demanda por diária ou meia diária permite à contratante convocar trabalhadores em quantidade superior no mesmo dia, situação impossível caso o contrato abarcasse um ou dois carregadores contínuos em tempo integral. Essa flexibilidade é útil devido ao correto dimensionamento da convocação face ao volume de trabalho a ser desempenhado. Por vezes é imperativo ter disponível quatro carregadores por quatro horas que dois trabalhadores pelo turno integral.

6.17 Raciocínio semelhante ocorre no caso do serviço de jardinagem e manutenção de áreas verdes, em que há necessidade de flexibilidade de escala e frequência em razão da flutuação da demanda. Sabe-se que as condições climáticas e ambientais podem afetar significativamente as necessidades de manutenção das áreas. Observa-se, por exemplo, que nos meses de verão a demanda por corte de grama tende a ser alta e, em contrapartida, diminui consideravelmente durante o outono e inverno. Também em períodos de chuva intensa, a demanda por serviços de roçagem e capina pode diminuir drasticamente. Com a contratação por demanda, pode-se ajustar rapidamente o cronograma de serviços em resposta a mudanças nas condições climáticas. Com isso, evita-se a ociosidade e/ou subutilização que poderia ser gerada durante esses períodos de baixa demanda, resultando em uma contratação mais eficiente.

6.18 Face ao exposto, administrar um contrato continuado com apenas um ou dois postos fixos, sob o argumento de que é economicamente mais vantajoso, não atenderia ao interesse da Administração, pois não comportaria as necessidades da contratante.

6.19 A licitação para contratação do objeto desejado de acordo com os critérios estabelecidos, amplamente utilizados pelos órgãos e entidades públicas, amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A contratação engloba a prestação dos serviços contínuos de movimentação, carga e descarga e de jardinagem e manutenção de áreas verdes, sem utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, que serão executados mediante convocação conforme a demanda (ordens de serviço), com vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação até o limite de 120 (cento e vinte) meses.

7.2 Os serviços de movimentação, carga e descarga serão prestados pela unidade de fornecimento denominada diária (período de 8 horas) e/ou meia diária (período de 4 horas) predominantemente nas dependências dos prédios da RFB indicados na Tabela D do item 5. Não se exclui a possibilidade de haver prestação de serviços em outras localidades por ocasião de transporte de doações a entidades, transporte de mercadorias apreendidas, entre outras atividades pertinentes ao órgão.

7.3 Os serviços de jardinagem e manutenção de áreas verdes serão prestados pela unidade de fornecimento denominada evento de manutenção no prédio da RFB indicado na Tabela F do item 5.

7.4 Os serviços de jardinagem e manutenção de áreas verdes serão prestados pela unidade de fornecimento denominada evento, que corresponde a: a) manutenção de área externa de 2.135 m² composta por jardins,

gramados, árvores e canteiros que demandam cuidados regulares; e b) controle de pragas. Neste caso a Contratante não indicará número de colaboradores ou de horas necessárias para execução do serviço, visto que a prestação do serviço somente será concluída com a manutenção da área total e/ou realização do controle de pragas, devendo ser observado os prazos constantes no item 5 deste documento para início e realização da execução.

7.5 Como regra, os serviços de jardinagem e manutenção de áreas verdes serão prestados de segunda a sexta-feira, conforme o horário normal de expediente da unidade, com exceção do controle de pragas que deverá ocorrer fora do horário de expediente normal.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Para o serviço de movimentação, carga e descarga, a definição das quantidades de serviços a serem contratados foi obtida através da análise do histórico de diárias/meias diárias consumidas pelas unidades nos exercícios anteriores e da projeção de quantidades de diária e meias diárias necessárias para atendimento da demanda futura, considerando especialmente o retorno dos servidores ao trabalho presencial já determinada pela Administração e o aumento do volume de mercadorias apreendidas.

8.2 O resultado da quantidade de serviços a ser contratada é o que consta na tabela a seguir:

Unidade Administrativa	Unidade de fornecimento	Quantidade para 24 meses
SRRF10	Diária (8 horas)	1200
ARF/PFO	Meia diária (4 horas)	432
DRF/SAO	Meia diária (4 horas)	432
IRF/BAG	Meia diária (4 horas)	300
ALF/RGE	Meia diária (4 horas)	200
IRF/CHU	Meia diária (4 horas)	300
DRF/PEL	Meia diária (4 horas)	400
IRF/JAG	Meia diária (4 horas)	200

8.3 Para o serviço de jardinagem e manutenção de áreas verdes, a definição das quantidades de serviços a serem contratados foi obtida considerando área total na qual os serviços serão prestados e a frequência de intervenção necessária para manter as áreas verdes em boas condições de segurança e apresentação, tendo sido considerada necessária a periodicidade bimestral do serviço em uma área de 2.135 m². Já o controle de pragas deverá ser realizado a cada 6 meses.

8.4 O resultado da quantidade de serviços a ser contratada é o que consta na tabela a seguir:

Serviço	Unidade de fornecimento	Quantidade para 24 meses
Jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas (2.135 m ²)	Evento de manutenção	12
Controle de pragas (dedetização, desinsetização, desratização e assemelhados)	Evento de controle de pragas	4

8.5 Cabe lembrar que as quantidades estabelecidas são apenas estimativas e somente representará custo quando os serviços forem realmente efetivados, não representando obrigatoriamente que será atingida a quantidade total.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.020.025,48

9.1 O valor estimado para 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 1.020.025,48 (um milhão, vinte mil, vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), sendo R\$ 957.427,28 (novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos) para o grupo 1 e R\$ 62.598,20 (sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte centavos) para o grupo 2.

9.2 Conforme levantamento de mercado efetuado à luz da IN 65/2021, os valores estimativos da contratação são os seguintes:

Grupo	Item	Serviço	Unidade de fornecimento	Quantidade máxima para 24 meses	Valor unitário (R\$)	Valor para 24 meses (R\$)	Valor do grupo para 24 meses (R\$)
1	1	Movimentação, carga e descarga para a SRRF10	Diária (8 horas)	1200	378,55	454.260,00	957.427,28
	2	Movimentação, carga e descarga para a ARF/PFO	Meia diária (4 horas)	432	221,52	95.696,64	
	3	Movimentação, carga e descarga para a DRF/SAO	Meia diária (4 horas)	432	221,52	95.696,64	
	4	Movimentação, carga e descarga para a IRF/BAG	Meia diária (4 horas)	300	210,68	63.204,00	
	5	Movimentação, carga e descarga para a ALF/RGE	Meia diária (4 horas)	200	224,34	44.868,00	
	6	Movimentação, carga e descarga para a IRF/CHU	Meia diária (4 horas)	300	210,68	63.204,00	
	7	Movimentação, carga e descarga para a DRF/PEL	Meia diária (4 horas)	400	234,30	93.720,00	
	8	Movimentação, carga e descarga para a IRF/JAG	Meia diária (4 horas)	200	233,89	46.778,00	
2	9	Jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas (2.135 m²)	Evento de manutenção	12	4.782,40	57.388,80	62.598,20
	10	Controle de pragas (dedetização, desinsetização, desratização e assemelhados)	Evento de controle de pragas	4	1.302,35	5.209,40	

9.3 Para estimativa dos preços foram tomadas consultas no Sistema Pesquisa de Preços do Governo Federal, direta com fornecedores e análise dos valores atualmente praticados em contratações da mesma natureza desta Superintendência, adotando-se o menor valor entre a média e a mediana obtidos para cada item, tendo sido desconsiderado para o cálculo os valores inexequíveis ou excessivamente elevados.

9.3.1 O resultado do levantamento dos custos dos serviços pode ser obtido no documento que explicita a Metodologia de Investigação de Preços, apêndice destes Estudos Preliminares.

9.4 Para a composição do custeio, a equipe de planejamento seguiu o regramento vigente, especialmente a IN Seges/ME nº 65/2021, que baliza a pesquisa de preços para aquisição de bens e contratações de serviços em geral. Assim, considerou-se que os preços estimados são compatíveis com os preços praticados no mercado.

9.5 O licitante poderá participar de quantos grupos for de seu interesse, apresentando proposta para todos os itens que compõe o grupo. A adjudicação ocorrerá para todos os itens do grupo.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A regra geral é que as licitações sejam realizadas com critério de julgamento por item, conforme art. 47 da Lei nº 14.133/21. Nessa esteira, a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União - TCU determina que:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

10.2 Como é cediço, compete à Administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação.

10.3 Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.

10.4 Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexecutáveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.

10.5 A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

10.6 O não-parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados.

10.7 Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

10.8 Necessário considerar que a contratação engloba a prestação de serviços diversos: a) movimentação, carga e descarga; e b) jardinagem e manutenção de áreas verdes. Assim, tratando-se de objetos diferentes, com local e regras de execução próprias, razoável que haja a divisão dos serviços.

10.9 A licitação de objetos distintos no mesmo processo é permitida, desde que organizada em itens ou lotes separados para garantir a competitividade, evitando a aglutinação indevida que restrinja o universo de licitantes. A separação por itens/lotos permite que empresas especializadas em diferentes ramos participem, apresentando propostas apenas para os itens/lotos que atuam, maximizando a proposta econômica e técnica.

10.10 Conforme o item 4.1.8 do Manual Licitações e Contratos: Orientação e Jurisprudência do TCU, 5ª edição, “o parcelamento consiste em dividir a solução em itens ou os itens em lotes, em que cada parte será um objeto de licitação autônomo, a ser, portanto, licitado ou adjudicado separadamente”.

10.11 Se os itens/lotos são disputados separadamente, mesmo estando no mesmo edital, não há problema em licitar objetos diferentes, pois funcionam como licitações independentes. Portanto, o uso de um mesmo processo licitatório para objetos diferentes é legal, desde que respeite a divisão técnica em itens/lotos e não imponha barreiras indevidas à participação de fornecedores especializados.

10.12 O parcelamento do objeto com a realização de um único certame é uma estratégia de licitação, fundamentada na Lei nº 14.133/2021, que visa dividir o objeto em itens ou lotes (parcelas) para ampliar a competitividade, mantendo, no entanto, a licitação unificada para ganhar eficiência logística e econômica. Essa abordagem permite

que diferentes licitantes ganhem partes distintas do objeto, enquanto a administração lida com um único processo administrativo.

10.13 Já a contratação de cada tipo de serviço de forma agrupada, sem parcelamento do seu objeto, é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

10.13.1 O parcelamento do objeto tornaria cada uma das partes do contrato, e em especial a que se refere aos serviços a serem prestados em locais com demanda menor, insignificantes em termos de valor, podendo afastar potenciais licitantes e até ocasionar fracasso na contratação dos itens.

10.13.2 Quanto maior o valor do contrato, mais se torna atraente para as empresas do segmento, que podem se beneficiar da compra dos insumos, equipamentos e uniformes em escala.

10.13.3 Não haverá melhor aproveitamento do mercado ou ampliação da competitividade com o parcelamento, antes pelo contrário, o mercado tende a se afastar de contratações de valores muito baixos, como seria o caso de uma eventual licitação exclusiva para os serviços a serem prestados se a contratação fosse realizada com itens isolados.

10.13.4 A prática na contratação de serviços terceirizados comprova que as empresas de maior porte raramente se interessam por contratos de valores muito baixos, visto que os custos de controles administrativos da empresa são praticamente os mesmos de contratos com maior vulto.

10.13.5 Não haverá nenhum prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação e não será grande demais a ponto de inviabilizar a participação de pequenas empresas.

10.13.6 Haverá significativo ganho de escala para a Administração em termos de recursos humanos, pois a análise da documentação que acompanha os documentos de cobrança de uma empresa com um ou vários itens é praticamente a mesma, então a contratação do objeto em itens separados oneraria em muito a fiscalização e gestão dos contratos. A contratação por item multiplicaria o trabalho em convocar, fiscalizar, recolher documentação, instruir processos, atender as contratadas, verificar as notas fiscais, analisar sanções, etc.

10.13.7 Em se tratando de atividades correlatas, é mais prático efetuar a contratação de uma única empresa, a fim de melhor organizar os procedimentos que constituem os serviços.

10.13.8 Não haverá necessidade de gerir um grande número de contratos, havendo economia:

- a) Nos procedimentos da fiscalização e gestão de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa, agilizando o contato entre os prepostos da Administração e os da empresa;
- b) De recursos logísticos e financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamento; e
- c) De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação. Uma vez realizado tal procedimento, as equipes estarão liberadas para redirecionar seus esforços à realização de outras atividades.

10.13.9 A decisão tomada pela Administração em não parcelar o objeto se coaduna com a recomendação dada pelo Grupo de Estudos de Contratação e Gestão de Contratos de Terceirização de Serviços Continuados na Administração Pública Federal, formado por servidores do Tribunal de Contas da União – TCU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, que elaborou um relatório com proposta de melhoria na contratação, gestão e término (rescisão ou fim de vigência) dos contratos de terceirização de serviços:

as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração de mão de obra. [...] As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes. Desse modo, a divisão do objeto [...] não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação. Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido. Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los. Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não devem ser divididos.

10.13.10 Nesta linha, vejamos o seguinte excerto do Acórdão/TCU 1214/2013-Plenário:

deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática.

10.14 Necessária, ainda, a análise da realidade do quadro de servidores lotados na Equipe Regional de Licitações:

10.14.1 O cenário atual do quadro do funcionalismo na RFB é precário. As seções se esvaziam em razão das aposentadorias, enquanto as admissões realizadas são em pequeno número. Muito em razão disso, a Administração tem envidado esforços para otimizar sua força de trabalho. Exemplo disso são as regionalizações que estão ocorrendo. Ao passo que as demandas permanecem as mesmas - e, diga-se de passagem, com maior complexidade dada a soma de distintas demandas -, o pessoal disponível para tratar delas tem diminuído.

10.14.2 Há de ser considerada a complexidade das novas contratações decorrentes da entrada em vigor da nova lei de Licitações e a demanda dos serviços não programáveis, decorrente da não-prorrogações dos contratos terceirizados, que implicam a realização de novas licitações que não estavam previstas.

10.15 O próprio TCU disponibiliza em seu sítio eletrônico uma página dedicada a orientações para as aquisições públicas, denominada “Riscos e Controles nas Aquisições” (<https://www.tcu.gov.br/arquivosrca/>).

10.16 Especificamente no tópico “Justificativas para o parcelamento ou não da solução”, o TCU aponta o seguinte risco:

Não parcelar o que deve ser parcelado

Risco: Não parcelar solução cujo parcelamento é viável, levando a diminuição da competição nas licitações por não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados.

E recomenda, para este caso, que:

Sugestão de controle interno: A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas:

- 1) É tecnicamente viável dividir a solução?*
- 2) É economicamente viável dividir a solução?*
- 3) Não há perda de escala ao dividir a solução?*

4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

No segundo tópico, aponta o segundo risco:

Usar método de parcelamento inadequado

4. Risco: *Usar o método de parcelamento do objeto inadequado, levando a não integração das partes da solução, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação ou a necessidade de realizar nova contratação para integração das partes da solução.*

E recomenda, para este caso, que

5. *Sugestão de controle interno: A equipe de planejamento da contratação deve avaliar todas as formas de parcelamento possíveis para escolher a que melhor se adequa a contratação pretendida.*

6. *Consideração: Há 4 métodos para proceder o parcelamento do objeto da licitação:*

a) *realização de licitações distintas, uma para cada parcela do objeto (parcelamento formal);*

b) *realização de uma única licitação, com cada parcela do objeto sendo adjudicada em um lote (ou grupo de itens) distinto (parcelamento formal);*

c) *realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que as licitantes disputem o certame em consórcios (parcelamento material);*

d) *realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto (parcelamento material);*

No terceiro tópico, aponta o seguinte risco:

Parcelar o que não deve ser parcelado

7. Risco: *Parcelar solução cujo parcelamento é inviável, levando a contratações por inexigibilidade ou a licitações com poucos fornecedores, com consequente aumento dos valores contratados em comparação à compra conjunta da solução.*

E recomenda, para este caso, que

8. *Sugestão de controle interno: A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução deve ser parcelada ou não, levando em consideração o exposto no tópico "Não parcelar o que deve ser parcelado" acima.*

10.17 Para o presente processo, verifica-se, em resposta às questões sobre o risco do não parcelamento, que é possível dividir a solução. Também não se pode asseverar que haverá perda de escala com a divisão. Cabe, entretanto, ponderar que a divisão da solução ou antes a aquisição por itens separados em vez de um grupo que contemple todos os serviços se mostra economicamente menos atrativa ao mercado fornecedor, redundando em menor competitividade, o que não responde positivamente a duas das quatro questões sobre o parcelamento da solução.

10.18 Assim, essa solução híbrida é um termo médio entre a formação de item único e a pulverização em dezenas de itens, que neste caso, geraria dezenas de contratos. Essa estratégia é capaz de gerar valor na condução dos processos pela Administração e não restringirá a competitividade.

10.19 Logo, o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado, pois:

- a) Apesar de ser viável tecnicamente, o parcelamento não é o mais viável economicamente e traz prejuízo para o conjunto da solução, pois cria a possibilidade de que um item seja declarado deserto;
- b) Formou-se convicção de que haverá perda com o parcelamento, pois o valor de itens com menor demanda seria muito pequeno e pouco atraente para o mercado;
- c) Não haverá melhor aproveitamento do mercado ou ampliação da competitividade com o parcelamento, antes pelo contrário, o mercado tende a se afastar de contratações de valores muito baixos, como seria o caso de uma eventual licitação exclusiva para os serviços a serem prestados em alguns prédios da Receita Federal do Brasil;
- d) A prática na contratação de serviços terceirizados comprova que as empresas de maior porte raramente se interessam por contratos de valores muito baixos visto que os custos de controles administrativos da empresa são praticamente os mesmos de um contrato maior;
- e) Haverá significativo ganho de escala para a Administração em termos de recursos humanos, pois a análise da documentação de várias contratações em itens separados oneraria em muito a fiscalização e gestão dos contratos;

10.20 A licitação para contratação do objeto desejado de acordo com os critérios estabelecidos, amplamente utilizados pelos órgãos e entidades públicas, amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público.

10.21 Com isso fica demonstrado que o parcelamento do objeto em itens isolados poderia trazer prejuízos e transtornos de natureza técnica e econômica caso fosse adotado, e que a contratação do objeto da presente licitação de forma agrupada é a que melhor atende o interesse público.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Os serviços que se pretende contratar estão adequadamente previstos no Planejamento e Gerenciamento de Contratações do órgão.

12.2 O objeto de licitação tem consonância com o planejamento estratégico da SRRF10, uma vez que ele consta anualmente de sua programação orçamentária.

12.3 A presente ação encontra respaldo nos seguintes objetivos que integram o Plano Estratégico da RFB para os exercícios de 2024 a 2027 (Portaria RFB nº 392, de 28 de dezembro de 2023, publicado no BS da RFB de 28/12/2023, Seção 1, Página 2):

12.3.1 Objetivos de Resultados: bom funcionamento das diversas unidades da RFB na 10ª Região Fiscal (estado do Rio Grande do Sul), satisfação dos cidadãos com a RFB e arrecadação federal.

12.3.2 Objetivos de Processos: assegurar a continuidade das atividades nos Depósitos da RFB, ampliar as ações de orientação, facilitação e assistência ao contribuinte e promover a cidadania fiscal.

12.3.3 Objetivos de Governança, Pessoas e Recursos: fortalecer a atuação da RFB e aperfeiçoar as práticas de governança, responsabilidade social e sustentabilidade.

12.4 A presente contratação também está adequada à Portaria COPOL nº 547, de 10/12/2025, que estabelece as diretrizes para a gestão dos referenciais orçamentários da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para o exercício financeiro de 2026.

12.5 A SRRF10, face à responsabilidade objetiva do Estado no que diz respeito à promoção do bem-estar dos administrados e à preservação do meio ambiente e do bem-estar social de forma sistemática e contínua, implementa política de responsabilidade socioambiental que visa à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e a promoção da proteção social no tocante à preservação dos direitos trabalhistas dos funcionários a serem alocados no contrato. Assim, esta contratação está em sintonia com a Gestão Pública Sustentável.

13. Não participação Consórcio

13.1 O modelo padrão de edital de serviços continuados considerados comuns, veda a participação na licitação das empresas que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

13.2 As justificativas para adoção de tal procedimento constam a seguir:

a) A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços terceirizados por meio de pregão é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

b) É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou complexidade e elevado valor, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra. Não é o que ocorre com o caso concreto para serviços continuados desta contratação, considerados comuns, dispondo o mercado de inúmeras empresas para execução dos serviços. Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

c) Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado revestiu-se de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a

prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário.

13.3 Além disso, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas. Neste sentido, os Acórdãos 2813/2004 - Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

13.4 Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

14. Não participação Cooperativas

14.1 Justifica-se a adoção de tal procedimento pelas razões que seguem:

14.1.1 O objeto da presente licitação encontra-se elencado na Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público e a União (processo 01082-2002-020-10-00-0), em 06/06/2003, homologado judicialmente na 20ª Vara do Trabalho, no Distrito Federal, cuja cópia encontra-se disponível nesta repartição. O Termo acima referido, bem como o Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 1.815/2003 – Plenário, publicado na Seção 1 do DOU, edição de 09/12/2003, ratificado pelo Acórdão TCU nº 724/2006 – Plenário, vedam a contratação de trabalhador, pela União, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demanda execução em estado de subordinação em relação ao prestador dos serviços, tal como no serviço objeto da presente licitação.

14.1.2 A vedação de participação de sociedades cooperativas em licitações, cujos objetos se enquadrem nos serviços elencados na Cláusula Primeira do Termo suprarreferido, foi confirmada no âmbito do Ministério da Fazenda pelo Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN nº 810/2011.

14.1.3 A vedação de participação de sociedades cooperativas em licitações também foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, na Suspensão de Segurança nº 1.352 – RS (2004/0063555-1), publicada no Diário da Justiça de 08/06/2004, Seção 1, página 86, onde o Presidente do STJ defere o pedido de suspensão de liminar que mantinha determinada cooperativa em certame licitatório, sendo que a Decisão menciona o Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público e a União e o Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 1.815/2003 – Plenário, relatando que o TCU, no Acórdão antes referido, “já se pronunciou quanto à necessidade de todas as entidades da Administração Federal observarem a referida conciliação judicial”. Essa decisão foi confirmada por unanimidade no Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 1.352, onde do voto do Ministro Relator reproduzimos o seguinte trecho: “Desta forma, ao firmar compromisso de não contratar mão de obra através de cooperativas, o Advogado-Geral da União externou orientação a ser observada por toda a administração pública federal”.

14.2 A IN SEGES/MP nº 5/2017 que dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços, continuados ou não, no âmbito do Governo Federal, em seu art. 10, inciso I, em reforço ao todo acima exposto, dispõe:

Art. 10 A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar: I – a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados.

14.3 Analisado este aspecto, a Equipe de Planejamento entendeu que a maioria das tarefas não poderá ser executada com autonomia pelos cooperados, necessitando de constante orientação e direcionamento por membros da

Administração. Convencionou a equipe que, por prudência, a fim de evitar assunção de riscos para a Administração, a participação de cooperativas será vedada nesta licitação.

15. Não participação Pessoa Física e MEI

15.1 A Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Em seu art. 2º, a norma considera pessoa física “todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta”.

15.2 A IN SEGES/ME nº 116, de 2021, determina, em seu art. 4º, caput, que os editais ou os avisos de contratação direta possibilitem a contratação das pessoas físicas, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição. Ainda, de acordo com o parágrafo único desse mesmo dispositivo, será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar”.

15.3 Portanto, a possibilidade, ou não, de contratação de pessoas físicas deverá ser objeto de prévia análise e manifestação técnica por parte do órgão contratante, na fase de planejamento da contratação.

15.4 Assim sendo, como a contratação em tela requer que a contratada tenha de dispor de estrutura mínima com equipamentos e equipe de profissionais para mobilizá-los, além de os requisitos de habilitação incluírem habilitação econômico-financeira com valor mínimo de patrimônio líquido, não é possível a participação de pessoa física.

15.5 Da mesma forma, em relação a natureza jurídica do Micro Empreendedor Individual -MEI aplicam-se as mesmas ponderações aplicadas a pessoa física, quais sejam patrimônio líquido mínimo e estrutura mínima, sendo vedada sua participação neste certame.

16. Não adoção Decreto nº 9.450/2018

16.1 Conforme a hipótese prevista no § 4º do art. 5º do Decreto nº 9.450/2018, onde consta “A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável” apresenta-se as seguintes justificativas para a não aplicação do mencionado diploma.

16.2 O Decreto 9.450/2018 também estabelece o seguinte:

Art. 6º Para efeito do disposto no art. 5º, a empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

I - três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;

II - quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários;

III - cinco por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou

IV - seis por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados.

§ 1º A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a IV do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

16.3 A contratação em tela ocorrerá sem disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, não sendo possível afirmar de imediato quantos trabalhadores serão colocados à disposição visto que os serviços serão prestados mediante demanda.

16.4 Deve se considerar ainda que:

16.4.1 Os serviços serão prestados em locais considerados de alto risco para a segurança de informações, documentos e bens aos quais os terceirizados teriam acesso em razão das suas atividades de rotina, podendo colocar em risco tanto o sigilo fiscal de tais documentos como o necessário ao sucesso das operações de vigilância e repressão.

16.4.2 As disposições internas dos recintos, as rotinas dos servidores e os detalhes dos locais de guarda dos bens de patrimônio e itens apreendidos devem ser mantidos sob sigilo.

16.5 Do exposto se depreende que, em face das rotinas de trabalho desenvolvidas pela Receita Federal do Brasil e do porte da contratação que se pretende efetivar, não se vislumbra a hipótese de utilização de mão de obra de egressos do sistema prisional na presente contratação, pelo que a Administração deixa de aplicar o disposto no art. 5º do Decreto 9.450/2018, fazendo uso da exceção expressa no § 4º do mesmo artigo.

17. Prazo inicial de 24 meses

17.1 Os serviços serão contratados por meio da celebração de instrumento específico escrito de contrato que vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, admitidas prorrogações por sucessivos períodos, limitada a vigência ao prazo máximo de 10 (dez) anos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme disposto no inciso I do artigo 106 da Lei nº 14.133/21.

17.2 Em sendo comprovado que a prorrogação do prazo de vigência contratual é vantajosa para a Administração, será ela formalizada por meio de instrumento de aditamento contratual.

17.3 Até o advento da nova Lei de Licitações e Contratos, as contratações com prazo diverso de 12 (doze) meses haviam de ser justificadas devido à interpretação restritiva em relação ao prazo que era dada ao art. 57 da Lei nº 8.666/93.

17.4 Ocorre que esta licitação está sendo conduzida sob os ditames da Lei nº 14.133/21 que inova ao permitir que a Administração celebre contratos com prazo inicial de até 5 anos.

17.5 A Equipe de Planejamento discutiu sobre as possibilidades de prazo de contratação inicial que se abriram com o novo normativo. Poderíamos adotar prazo distinto do usual, como trinta meses ou até mesmo cinco anos.

17.6 Resta a necessidade de que se ateste a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual.

17.7 Para esse intento, permanecem as mesmas justificativas de outrora, quando a Administração contratava com prazo diverso dos 12 meses previsto na Lei nº 8.666/93, dado que os fundamentos permanecem os mesmos, como podemos ver nos excertos abaixo.

17.8 O Anexo IX, item 12 da IN Seges/MPDG nº 5/2017, assim como a Orientação Normativa da Advocacia-Geral da União – AGU nº 38, assim dispõem sobre o tema:

Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

17.9 O Tribunal de Contas da União – TCU, enfrentou esse assunto – prazo de vigência inicial dos serviços continuados – no Acórdão nº 1.214/2013, do Plenário, onde, no Voto do Relator, ao analisar as conclusões de um Grupo de Trabalho formado para formular propostas para melhorar as licitações e contratações de serviços continuados - assim se pronunciou:

Prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços de forma contínua

85. [...] *Defende o grupo, entretanto, que se deva permitir que esses contratos sejam firmados desde o início por 60 meses, entendendo que "quanto maior o prazo de vigência desses contratos, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para prestar os serviços."*

87. [...] *a principal preocupação desta Corte é evitar que a celebração de contratos por prazos muito longos (60 meses seria o caso extremo) possa colocar a administração em situação de fragilidade caso se verifiquem problemas durante a execução do contrato, notadamente em termos de qualidade na prestação dos serviços. A prorrogação a cada 12 meses seria um momento em que a administração avaliaria a vantajosidade em se manter aquele contrato (Decisão 148/96-Plenário, Acórdãos 1.467/2004-1ª Câmara, 490/2012-Plenário 525/2012-Plenário).*

88. *Por outro lado, é bastante razoável o argumento trazido pelo grupo de que a contratação já por prazo mais alongado poderia permitir a obtenção de preços mais vantajosos, uma vez que as empresas teriam uma maior estabilidade na relação contratual. Essa segurança, entretanto, seria relativa, uma vez que o próprio grupo defende a possibilidade de a administração verificar periodicamente a necessidade, a qualidade e o preço dos serviços.*

89. *O que se verifica é a necessidade de equilíbrio entre dois aspectos: de um lado possibilitar à administração obter melhores preços ao firmar contratos com prazos de vigência superiores (e ainda reduzir custos administrativos para fazer eventuais prorrogações de 12 em 12 meses) e de outro possibilitar à administração avaliar periodicamente a qualidade e as condições econômicas daquela contratação e eventualmente não mais continuar a prestação dos serviços naquelas condições.*

90. *Com relação ao segundo aspecto, por mais que o grupo afirme que a vigência inicial de 60 meses não impede uma avaliação periódica do contrato por parte da administração, não se pode negar que é muito mais simples para a administração não prorrogar um contrato (até porque a prorrogação não se constitui direito do contratado) do que rescindir um contrato durante seu prazo de execução, medida que pode ser custosa e inclusive gerar ações judiciais.*

91. [...] entendo que não se deva fixar uma orientação geral de que a administração deve ou não fazer contratos para prestação de serviços continuados com prazo de 12, 24 ou 60 meses. É uma avaliação que deve ser feita a cada caso concreto, tendo em conta as características específicas daquela contratação. Cabe à administração justificar no procedimento administrativo o porquê da escolha de um ou outro prazo, levando-se em conta os aspectos aqui discutidos e outros porventura pertinentes para aquele tipo de serviço.

92. No processo que culminou com a prolação do Acórdão 490/2012-Plenário, por exemplo, o Tribunal entendeu legítima a fixação de um prazo inicial de 24 meses, para a contratação de serviços especializados de prevenção e de combate a incêndio e pânico, tendo em vista o argumento apresentado pela entidade contratante de que, para aquele tipo de serviço, não era conveniente uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços.

17.10 O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 1.386/2014 do Plenário, referente a um contrato de serviços continuados que teve o seu prazo inicial fixado por 36 meses, prorrogáveis. Assim se manifestou o Relator em seu voto:

17. Por derradeiro, impende frisar que o prazo de vigência contratual de 36 meses e a ausência de parcelamento para o objeto do certame foram devidamente esclarecidos no agravo. O prazo inicial superior a 12 meses encontra amparo na jurisprudência do TCU e foi tido como razoável para que as empresas interessadas em contratar com o poder público tivessem prazo maior para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo-se, com isso, mais atraídas pela disputa. Quanto à ausência de parcelamento, o próprio TCU já se debruçou sobre esse mesmo objeto em outra oportunidade (TC 014.248 /2006-6) e concluiu pela licitude da contratação integrada (lote único).

17.11 Constata-se que a fixação do prazo de vigência originário do contrato em 24 (vinte e quatro) meses tem trazido benefícios para a Administração, inclusive projetando para o caso concreto, pois:

- 1) propicia vantagem econômica na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 12 meses;
- 2) permite que as licitantes adquiram materiais/uniformes/equipamentos por um preço mais vantajoso, em razão do aumento do poder de barganha devido ao prazo maior do contrato;
- 3) permite que as licitantes disponham de maior prazo para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo, com isso, mais atraídas pela disputa;
- 4) reduz procedimentos de prorrogação do contrato, o que economiza mão de obra tanto dos servidores que atuam na matéria, como da Assessoria Jurídica, todos já sobrecarregados de tarefas, em razão da histórica insuficiência de recursos humanos. Com a inflação controlada não há prejuízos em suprimir procedimentos de prorrogação;
- 5) permite uma melhor seleção dos trabalhadores por parte da contratada, pois há a perspectiva de maior duração do contrato, o que pode se tornar um atrativo; e
- 6) a contratada ficará com conhecimento de diversos procedimentos e de áreas restritas da Secretaria da Receita Federal, portanto, desta forma, não é recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços. Assim, considera-se justificado o estabelecimento de 24 (vinte e quatro) meses para o prazo inicial do contrato.

18. Da Habilitação

18.1 Além do disposto na Lei nº 14.133/2021, os requisitos de habilitação devem ser definidos com base Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

18.2 Em seu anexo V, a IN assim orienta os órgãos licitantes:

2.8 Critérios de seleção do fornecedor:

a) Definir os critérios de habilitação indicados para a contratação, atentando para:

a.1. analisar e identificar os critérios de qualificação econômico-financeiras a serem exigidos, considerando a prestação dos serviços e os riscos da contratação;

a.2. analisar e identificar os critérios de qualificação técnica a serem exigidos, considerando a prestação dos serviços e os riscos da contratação.

18.3 Da qualificação econômico-financeira

18.3.1 A habilitação econômico-financeira objetiva investigar a saúde, a aptidão econômica da licitante/proponente para cumprir as obrigações decorrentes do contrato que será firmado.

18.3.2 A Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 trata do tema da seguinte forma:

11.1 Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

(...)

18.3.3 A exigência do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, com fundamento no art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021, traz segurança jurídica para a Administração no sentido de reduzir os riscos de fraude ao comparar os elementos contábeis de ambos os exercícios sociais, mitigando os riscos de adulteração de informações relevantes para o cálculo de indicadores e coeficientes.

18.3.4 Quanto à análise da qualificação econômico-financeira por intermédio de índices contábeis, serão adotados os percentuais e valores usualmente utilizados nas licitações públicas: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG). A exigência de tais índices não restringe o caráter competitivo do certame e são imprescindíveis à Administração para uma contratação com o mínimo de segurança jurídica.

18.3.5 Conforme §1º do art. 69, da Lei nº 14.133, há autorização para que a Administração Pública exija a apresentação de documentos que comprovem a qualificação econômico-financeira dos licitantes, como a declaração de atendimento a índices econômicos assinada por profissional habilitado da área contábil.

18.3.6 A exigência do edital justifica-se pois é o profissional da área contábil (como um contabilista ou contador) a pessoa que possui habilitação e capacidade técnica para atestar a situação econômica da empresa, através da verificação dos balanços e demonstrações contábeis da empresa. A assinatura do contador atesta que a declaração foi realizada por um profissional com conhecimento técnico e ético para validar a situação financeira da empresa, evitando fraudes e informações falsas. Além disso, a Administração Pública precisa de documentos que ofereçam segurança para a tomada de decisões, e a assinatura de um contador nas declarações é um fator de segurança que demonstra que a empresa atende aos requisitos estabelecidos no edital.

18.3.7 A comprovação de percentual de patrimônio líquido visa demonstrar a relação entre o porte da empresa e o da licitação, corrigindo certa distorção observada no mercado em que empresas de menor porte assumem repentinamente contrato de maior vulto que não terão condições de cumprir. O patrimônio líquido assegura a existência de capital próprio na empresa, o que revela a importância deste indicador.

18.3.8 A exigência de um patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação garante que a empresa contratada possua capacidade financeira para mobilizar recursos, adquirir insumos, contratar mão de obra e arcar com eventuais imprevistos durante a execução do contrato. Além disso, o objeto da presente contratação necessita o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual e utensílios para início das atividades, o que demanda um esforço financeiro já no início do contrato, de forma que a exigência de um patrimônio líquido mínimo assegura que a empresa contratada tenha capacidade de realizar esses investimentos, garantindo a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

18.3.9 Em que pese a redação da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 exigir a comprovação de capital circulante líquido e patrimônio líquido sobre o valor estimado da contratação, é necessário lembrar que a jurisprudência do TCU é clara no sentido de que as exigências econômico-financeiras devem se ater ao valor estimado para o período de doze meses de contrato, independente da sua duração. Nesse sentido, podemos citar a recente decisão do TCU no Acórdão nº 1087/2025 – Plenário, que assim manifestou-se ao analisar a questão:

9.6. dar ciência à Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Seges/MGI) do teor da presente representação, para que avalie a conveniência e oportunidade de ajustar a redação do item 11.1.b, do Anexo VII-A, da IN Seges/MP 5/2017, que prevê a exigência de que o Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) seja de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, no sentido de prover maior clareza informativa e/ou expedir orientações aos órgãos jurisdicionados da Administração Pública Federal Direta e Indireta quanto à observação jurisprudencial deste Tribunal acerca da matéria, que informa que para efeitos de qualificação econômico-financeira, o índice de 16,66% do Capital Circulante Líquido deve ser apurado em função do valor estimado da contratação para o período de doze meses (Acórdãos 1.214/2013-TCU-Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 2.763/2016-TCU-Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes, 1.335/2010-TCU-Plenário, Relator Ministro José Mucio, e 2.268/2022-TCU-Plenário, Relator Ministro Antonio Anastasia), com vistas a prevenir equívocos sobre sua aplicação em relação à Lei 14.133/2021;

18.3.10 Deste modo, será exigido como condição de habilitação a comprovação de patrimônio líquido com percentual incidindo sobre o valor estimado da contratação para o período de doze meses.

18.4 Da qualificação técnico-operacional

18.4.1 A Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 trata do tema da seguinte forma:

10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

[...]

12. Justificadamente, a depender da especificidade do objeto a ser licitado, os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira, constantes deste Anexo VII-A, poderão ser adaptados, suprimidos ou acrescidos de outros considerados importantes para a contratação, observado o disposto nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.2 Como é cediço, as exigências de habilitação previstas devem encontrar suporte nas restritas hipóteses elencadas na legislação e restringirem-se ao conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da contratação, podendo assim os requisitos de qualificação técnica serem adaptados, suprimidos ou acrescidos de outros considerados importantes. Para o presente procedimento, levando-se em consideração o vulto, a complexidade e que o serviço não se enquadra como de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade da contratada em suportar os deveres contratuais, não se vislumbra necessária a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

19. Benefícios a serem alcançados com a contratação

19.1 Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos na SRRF10 para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

19.2 A contratação dos serviços de carregador tem como resultado esperado possibilitar a realização de atividades que demandem transporte e/ou movimentação de cargas e materiais, como móveis e mercadorias, serviços esses relevantes ao desenvolvimento das rotinas operacionais da Receita Federal do Brasil, essenciais para que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais da melhor maneira possível.

19.3 A contratação do serviço de jardinagem e manutenção de áreas verdes visa garantir a segurança e a salubridade de todos os frequentadores do prédio da DRF/CXL, bem como dos moradores e estabelecimentos ao entorno, o que refletirá positivamente no desempenho dos servidores bem como para melhorar a imagem da RFB e a percepção de zelo com o patrimônio público.

19.4 Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal e eventual deslocamento dos carregadores das sedes (tabela D do item 5) até outros locais de execução das atividades.

20. Providências a serem Adotadas

20.1 Para a adequada prestação dos serviços, nos locais de sua prestação deverá ser disponibilizado, no mínimo, local para a guarda de materiais e acesso a sanitários. O ambiente físico deverá estar adequado até a data de início da execução do contrato, sendo responsabilidade da área de logística.

20.2 Quanto à fiscalização do contrato, a SRRF10 conta com servidores capacitados e já designados formalmente para desempenhar as atividades de fiscalização e gestão dos contratos.

21. Possíveis Impactos Ambientais

21.1 Os serviços serão conduzidos de acordo com os requisitos de sustentabilidade, observando, na condução dos trabalhos, procedimentos que minimizem os impactos ao meio ambiente, ao entorno e ao pessoal envolvido no serviço.

21.2 Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

21.2.1 Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

21.2.1.1 Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como:

21.2.1.1.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

21.2.1.1.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

21.2.1.1.3 Racionalização/economia no consumo de energia e água;

21.2.1.1.4 Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;

21.2.1.1.5 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

21.2.1.1.6 Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

21.2.2 A contratada, além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, e das práticas de sustentabilidade, os quais levam em consideração o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis elaborado pela AGU, 6º Edição /Setembro de 2023, ainda deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

21.2.2.1 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

21.2.2.2 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

21.2.2.3 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

21.2.2.4 Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

21.2.2.5 Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 10.936, de 2022, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;

21.2.2.6 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;

21.2.2.7 Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e

21.2.2.8 Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

21.2.3 A contratada deverá ainda:

21.2.3.1 Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

21.2.3.2 Orientar sobre o cumprimento, por parte dos seus empregados, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas de prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

21.2.3.3 Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação dos serviços;

21.2.3.4 Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, conclui-se que **a contratação é viável**, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Ao Sr. Chefe da Divisão de Programação e Logística da SRRF10 para aprovação.

ADRIANE BEVILAQUA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 13:17:59.

SONIA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA

Equipe de Planejamento da Contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Metodologia da Investigação de Preços.pdf (280.76 KB)



PROCESSO: 13033.048232/2026-51

INTERESSADO: SRRF10

ASSUNTO: Contratação de serviços continuados de movimentação, carga e descarga e de jardinagem e manutenção de área verde

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE PREÇOS

Visando esclarecer a forma de apuração do preço estimado, para fins de elaboração do Termo de Referência para contratação de prestação de serviço de movimentação, carga e descarga e de jardinagem e manutenção de área verde para a SRRF10, apresenta-se os procedimentos administrativos utilizados na realização da pesquisa de preços.

1. Das Normas Regulamentares:

1.1. Conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preços deverá ser realizada mediante utilização dos seguintes parâmetros, de forma combinada ou não:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

2. Da descrição do objeto a ser contratado:

2.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de movimentação,

carga, descarga e manuseio de selos de controle, bens móveis, mercadorias apreendidas, utensílios, formulários e materiais diversos, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para as unidades da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal (SRRF10) e de serviço especializado de jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL), incluindo controle de pragas, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Da Identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa: Adriane Bevilaqua, Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ATRFB, matrícula SIAPECAD 2726892, membro da Equipe Regional de Licitações.

3. Da caracterização das fontes consultadas:

3.1. Para o serviço de movimentação de carga foram feitas consultas no Sistema Pesquisa de Preços do Governo Federal. Ao realizar consulta direta no sistema Pesquisa de Preços do Governo Federal não foi possível a obtenção das informações necessárias para uma análise do objeto, pois muitos resultados apresentados não se referiam a serviços de carregadores. Além disso constam registros de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra através da contratação por postos de trabalho.

3.2. Já as contratações por demanda não especificavam o tempo da prestação do serviço, se por diária, meia diária ou hora. Assim, a partir de informações coletadas no sistema Pesquisa de Preços do Governo Federal foi realizada pesquisa diretamente no Compras.gov, utilizando-se os preços de propostas vencedoras de contratação similar a que se pretende realizar, sendo que somente estas foram consideradas para o cálculo do valor estimativo da contratação, tendo sido desconsiderado para o cálculo os valores inexequíveis ou excessivamente elevados.

3.3. Além disso, também foi considerado na pesquisa de preços o valor das diárias praticadas nos contratos vigentes da SRRF10, tendo sido adicionado 5% para atualização dos preços, visto que o último reajuste foi realizado no exercício anterior, além do orçamento fornecido por empresas do ramo.

3.4. Para o serviço de jardinagem e manutenção de áreas verdes, incluindo o controle de pragas, ao realizar consulta direta no sistema Pesquisa de Preços do Governo Federal utilizou-se como parâmetro o valor do metro quadrado, tendo sido desconsiderados para o cálculo da mediana os valores inexequíveis ou excessivamente elevados, bem como os valores que nitidamente referiam-se ao valor do serviço como um todo, sem informação da área. Para estimativa do preço, também foram considerados os orçamentos fornecidos por empresas do ramo.

3.5. Registra-se que a pesquisa direta pode ser realizada mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

3.6. Pela especificidade do serviço, optou-se pela consulta direta a fornecedores. Foi realizada a busca na internet de empresas que prestavam o serviço, além de consulta a processos anteriores da SRRF10 na contratação de objeto semelhante, e então encaminhada solicitação de orçamento para vinte e uma empresas.

4. Da Série de Preços considerados:

4.1. Resume-se dessa forma os preços considerados nesta pesquisa:

Sistema Pesquisa Preços do Governo Federal	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Média
Movimentação de carga – 8h	R\$ 319,15	R\$ 440,00		R\$ 354,15	R\$ 333,75	R\$ 421,00	R\$ 313,88	R\$ 363,66
Movimentação de carga – 4h		R\$ 375,00	R\$ 122,16				R\$ 156,94	R\$ 218,03

Serviço	Sistema Pesquisa Preços do Governo Federal	32.279.182/0001-91	Contrato SRRF10 nº 10/2022	Contrato SRRF10 nº 11/2022	Valor de referência
Movimentação de carga – SRRF10 – 8h	R\$ 363,66	R\$ 415,00	R\$ 357,00		R\$ 378,55
Movimentação de carga – ARF/PFO – 4h	R\$ 218,03	R\$ 225,00			R\$ 221,52
Movimentação de carga – DRF/SAO – 4h	R\$ 218,03	R\$ 225,00			R\$ 221,52
Movimentação de carga – IRF/BAG – 4h	R\$ 218,03	R\$ 225,00	R\$ 189,00		R\$ 210,68
Movimentação de carga – ALF/RGE – 4h	R\$ 218,03	R\$ 245,00	R\$ 210,00		R\$ 224,34
Movimentação de carga – IRF/CHU – 4h	R\$ 218,03	R\$ 225,00	R\$ 189,00		R\$ 210,68
Movimentação de carga – DRF/PEL – 4h	R\$ 218,03	R\$ 245,00		R\$ 239,86	R\$ 234,30
Movimentação de carga – IRF/JAG – 4h	R\$ 218,03	R\$ 245,00		R\$ 238,65	R\$ 233,89

Serviço	Valor do m²			
	Sistema Pesquisa Preços do Governo Federal	04.513.630/0001-10	32.279.182/0001-91	Valor de referência
Jardinagem e manutenção de áreas verdes	R\$ 0,34	R\$ 5,20	R\$ 1,17	R\$ 2,24
Dedetização e desratização	R\$ 0,39	R\$ 0,28	R\$ 1,17	R\$ 0,61

4.2. Os documentos probatórios da série apresentada acima estão anexados no presente processo.

5. Da metodologia utilizada na pesquisa

5.1. O art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, descreve a metodologia a ser utilizada para obtenção do preço estimado para a contratação.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

5.2. Assim, usaremos como preço estimativo (máximo) a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme metodologia prevista no parágrafos 1 a 4 do art. 6º da IN nº 65/2021.

6. Do resultado da pesquisa e memória de cálculo do valor estimado:

6.1. Utilizando-se os parâmetros e o método descritos acima, o valor total estimado da contratação é de R\$ 1.020.025,48 (um milhão, vinte mil, vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

Serviço	Valor de referência	Quantidade 24 meses	Valor total estimado
Movimentação de carga – SRRF10 – 8h	R\$ 378,55	1200	R\$ 454.260,00
Movimentação de carga – ARF/PFO – 4h	R\$ 221,52	432	R\$ 95.696,64
Movimentação de carga – DRF/SAO – 4h	R\$ 221,52	432	R\$ 95.696,64
Movimentação de carga – IRF/BAG – 4h	R\$ 210,68	300	R\$ 63.204,00
Movimentação de carga – ALF/RGE – 4h	R\$ 224,34	200	R\$ 44.868,00
Movimentação de carga – IRF/CHU – 4h	R\$ 210,68	300	R\$ 63.204,00
Movimentação de carga – DRF/PEL – 4h	R\$ 234,30	400	R\$ 93.720,00
Movimentação de carga – IRF/JAG – 4h	R\$ 233,89	200	R\$ 46.778,00
Jardinagem e manutenção de áreas verdes	R\$ 4.782,40	12	R\$ 57.388,80
Dedetização e desratização	R\$ 1.302,35	4	R\$ 5.209,40

6.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

Data de conclusão da pesquisa de preços: 20/03/2026

Assinado Digitalmente
Adriane Bevilaqua
Equipe Regional de Licitações



PROCESSO: 13033.048232/2026-51
ASSUNTO: Contratação de serviços continuados de movimentação, carga e descarga e de jardinagem e manutenção de área verde

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. Definição: Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 1.2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.
- 1.3. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.
- 1.4. Apuração: ao final de cada período de apuração (mensal), a fiscalização do contrato encaminhará ao gestor do contrato o relatório de recebimento provisório do objeto, no qual deverá constar a avaliação dos serviços prestados, conforme os critérios deste IMR. O gestor do contrato receberá todos os relatórios, efetuará a medição do valor mensal devido, já ajustado ao IMR, e dará ciência à Contratada, solicitando a emissão de documento de cobrança pelo valor medido e a adoção das medidas recomendadas, se houver.
- 1.5. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas no Instrumento de Contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, baseando-se em indicadores e metas definidos abaixo.
- 2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em desconto no valor mensal, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra os compromissos estabelecidos pelos indicadores.
- 2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.
- 2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a Contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.
- 2.5. O IMR será implementado na data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

3. DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS

3.1. Serviço de movimentação, carga e descarga:

3.2 A empresa contratada deverá prestar serviço de movimentação de carga, descarga e manuseio de selos de controle, móveis, mercadorias apreendidas, bens móveis, utensílios, formulários e materiais diversos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I ao Edital.

3.2.1. O Preço Mensal Efetivo (PME) será apurado considerando-se o Preço Devido pela Diária e/ou Meia Diária multiplicado pela quantidade de diárias e/ou meias diárias realizadas no mês, deduzido do valor correspondente aos descontos de acordo com as imperfeições e desconformidades identificadas ao longo daquele período de prestação dos serviços, conforme tabela abaixo:

MÓDULO 1 - UNIFORMES	
Descrição da ocorrência Por diária/meia diária e por funcionário	Desconto sobre o valor da diária/meia diária
Todos os aspectos adequados (utilização de todos os itens do uniforme, limpeza, identificação, condições de apresentação)	0%
Não utilização de 1 ou mais itens do uniforme ou sua utilização em condições inadequadas de apresentação (sujos, rasgados ou sem a identificação clara da empresa)	10%
MÓDULO 2- EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)	
Descrição da ocorrência Por diária/meia diária e por funcionário	Desconto sobre o valor da diária/meia diária
Todos os aspectos adequados (utilização de todos os itens do EPI)	0%
Não utilização de 1 ou mais itens do EPI (máscaras, luvas, capas de chuva e outros recomendados por e-mail para demandas específicas/eventuais)	15%
MÓDULO 3- ATRASO NA APRESENTAÇÃO DOS CARREGADORES	
Descrição da ocorrência Por diária/meia diária e por funcionário	Desconto sobre o valor da diária/meia diária
Atrasos até 15 minutos	0%
Atrasos entre 16 e 30 minutos	5%
Atrasos entre 31 e 60 minutos	10%
Atrasos entre 61 e 120 minutos	20%
Atrasos entre 121 e 240 minutos	30%
Atrasos superiores a 240 minutos	40%
MÓDULO 4- SAÍDAS ANTECIPADAS DOS CARREGADORES ANTES DO HORÁRIO PREVISTO SEM AUTORIZAÇÃO	
Descrição da ocorrência Por diária/meia diária e por funcionário	Desconto sobre o valor da diária/meia diária
Todos os aspectos adequados (ausência de saídas antecipadas)	0%
Saídas até 30 minutos	10%
Saídas superiores a 30 minutos	20%

e/ou

3.3 Serviço de jardinagem e manutenção de área verde:

3.4 A empresa contratada deverá prestar serviços de jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica de área externa de 2.135 m² composta por jardins, gramados, árvores e canteiros que demandam cuidados regulares, além do controle de pragas, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I ao Edital.

3.5 O Preço Mensal Efetivo (PME) será apurado considerando-se o Preço Devido pela Manutenção da Área e/ou Controle de pragas realizados no mês, deduzido do valor correspondente aos descontos de acordo com as imperfeições e desconformidades identificadas ao longo daquele período de prestação dos serviços, conforme tabela abaixo:

MÓDULO 1 – UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
Descrição da ocorrência Por evento e por funcionário	Desconto sobre o valor da manutenção da área/controle de pragas
Todos os aspectos adequados (utilização de todos os itens do uniforme, limpeza, identificação, condições de apresentação, utilização de equipamentos e materiais adequados para a prestação do serviço)	0%
Não utilização de 1 ou mais itens do uniforme, equipamentos e materiais, ou sua utilização em condições inadequadas de apresentação (sujos, rasgados ou sem a identificação clara da empresa, inadequados para a execução do serviço)	10%
MÓDULO 2- ASPECTOS GERAIS DOS JARDINS, GRAMADOS E TERRENO	
Descrição da ocorrência Por evento e por funcionário	Desconto sobre o valor da manutenção da área/controle de pragas
Todos os aspectos adequados (aparência geral dos jardins, gramados e terrenos, incluindo sua manutenção, irrigação, corte e poda, capina e roçagem)	0%
Um ou mais aspectos inadequados	15%
MÓDULO 3- QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (PRAZOS E QUALIDADE)	
Descrição da ocorrência Por evento e por funcionário	Desconto sobre o valor da manutenção da área/controle de pragas
Todos os aspectos adequados (início e término da execução do serviço conforme determinação, garantia do nível de qualidade global na prestação do serviço)	0%
Um ou mais aspectos inadequados	15%

4. RESCISÃO CONTRATUAL EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DO IMR

4.1. Haverá possibilidade, a critério da Administração, de rescisão contratual nas seguintes condições:

Serviço de movimentação, carga e descarga:

4.1.1. Descontos equivalentes 10 meias diárias em um único mês;

4.1.2 Desconto equivalentes a 30 meias diárias em um período de seis meses durante a vigência do contrato.

e/ou

Serviço de jardinagem e manutenção de jardim:

4.1.3 Descontos equivalentes a 50% do valor do evento de manutenção e/ou do evento de controle de pragas.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidade entre a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª RF e a empresa xxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxx, e é parte integrante do Contrato SRRF10 XX/2026, decorrente do Edital Pregão SRRF10 nº XX/2026, celebrado para prestação de serviços de movimentação, carga, descarga e manuseio de selos de controle, bens móveis, mercadorias apreendidas, utensílios, formulários e materiais diversos para as unidades da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal (SRRF10) e/ou prestação de serviços de jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica de área externa da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL).

5.2. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, no intuito de, conjuntamente, proverem serviços de qualidade e com eficiência visando o interesse público.

5.3. A assinatura deste instrumento indica que a as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Porto Alegre, datado digitalmente.

CONTRATANTE: _____
assinado digitalmente
UNIÃO

CONTRATADA: _____
assinado digitalmente
(RAZÃO SOCIAL)
(Nome do Signatário-Representante Legal)
(Procurador/Sócio)

TESTEMUNHAS:

assinado digitalmente
NOME
CPF n.º

assinado digitalmente
NOME
CPF n.º



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº: 13033.048232/2026-51

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ com sede na _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____, e para os fins do Pregão SRRF10 nº 90011/2026, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

GRUPO 1: Prestação de serviços de movimentação, carga, descarga e manuseio de selos de controle, móveis, mercadorias apreendidas, bens móveis, utensílios, formulários e materiais diversos:

Item	Unidade/local de prestação do serviço	Unidade de fornecimento	Valor da diária / meia diária (R\$)	Quantidade	Valor total (R\$)
1	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal – SRRF10 Porto Alegre	Diária (8 horas)		1200	
2	Agência da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo - ARF/PFO	Meia diária (4 horas)		432	
3	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo - DRF/SAO	Meia diária (4 horas)		432	
4	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Bagé - IRF/BAG	Meia diária (4 horas)		300	
5	Alfândega da Receita Federal do Brasil em Rio Grande - ALF/RGE	Meia diária (4 horas)		200	
6	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí - IRF/CHU	Meia diária (4 horas)		300	
7	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas - DRF/PEL	Meia diária (4 horas)		400	
8	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Jaguarão - IRF/JAG	Meia diária (4 horas)		200	
Total do grupo 1:					

Valor global da proposta por extenso grupo 1: _____

GRUPO 2: Prestação de serviço de jardinagem para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL)

Item	Serviço	Unidade de fornecimento	Valor unitário	Quantidade	Valor total
------	---------	-------------------------	----------------	------------	-------------

			(R\$)		(R\$)
9	Manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas (2.135 m²)	Evento de manutenção		12	
10	Controle de pragas (dedetização, desinsetização, desratização e assemelhados)	Evento de controle de pragas		4	
Total do grupo 2:					

Valor global da proposta por extenso grupo 2: _____

Prazo de validade da proposta (mínimo de sessenta dias): _____

Dados Bancários:

Nº da conta-corrente: _____ Banco (cód): _____ Agência (cód): _____

Obs: os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação.

Telefone para contato: _____

E-mail para contato: _____

Local e Data

Assinatura do representante da Empresa

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA**



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª
REGIÃO FISCAL**

(Processo Administrativo nº 13033.048232/2026-51)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO
FISCAL, E

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, com sede na Avenida Loureiro da Silva, nº 445, sala 525, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0147-97, neste ato representado(a) pelo chefe da Divisão de Programação e Logística, André Luis Souza da Silva, nomeado(a) pela Portaria nº 798, de 29 de abril de 2020, publicada no DOU de 4 de maio de 2020, portador da Matrícula Funcional nº 17084, CPF ***.XXX.XXX-**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], CPF ***.XXX.XXX-**, conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 13033.048232/2026-51 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de movimentação, carga, descarga e manuseio de selos de controle, bens móveis, mercadorias apreendidas, utensílios, formulários e materiais diversos para as unidades da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal

(SRRF10) sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva **OU** jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul (DRF/CXL), incluindo controle de pragas, sem disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Serviço	Unidade de fornecimento	Quantidade máxima para 24 meses	Valor unitário (R\$)	Valor máximo para 24 meses (R\$)
1	1	Movimentação, carga e descarga para a SRRF10. CATSER 15890	Diária (8 horas)	1200		
	2	Movimentação, carga e descarga para a ARF/PFO. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	432		
	3	Movimentação, carga e descarga para a DRF/SAO. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	432		
	4	Movimentação, carga e descarga para a IRF/BAG. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	300		
	5	Movimentação, carga e descarga para a ALF/RGE. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	200		
	6	Movimentação, carga e descarga para a IRF/CHU. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	300		
	7	Movimentação, carga e descarga para a DRF/PEL. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	400		
	8	Movimentação, carga e descarga para a IRF/JAG. CATSER 15890	Meia diária (4 horas)	200		
Total do grupo 1:						

e/ou

Grupo	Item	Serviço	Unidade de fornecimento	Quantidade máxima para 24 meses	Valor unitário (R\$)	Valor máximo para 24 meses (R\$)
2	9	Jardinagem e manutenção de áreas verdes para limpeza, conservação, poda, corte e manutenção periódica das áreas externas (2.135 m²). CATSER 24287	Evento de manutenção	12		
	10	Controle de pragas (dedetização, desinsetização, desratização e assemelhados). CATSER 3417	Evento de controle de pragas	4		

Total do grupo 2:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do dia XX/XX/XXXX, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Responsabilizar-se pela cobertura de riscos inerentes aos deslocamentos de seus funcionários, ainda que em veículo da Contratante;

9.36. Arcar com os custos de seus trabalhadores relativos a transporte, alimentação, seguros e todos aqueles necessários à completa execução dos serviços, em especial aqueles previstos na Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho a qual esteja vinculada a categoria profissional;

9.37. Responsabilizar-se pelo transporte de seus funcionários até os locais de prestação de serviço nos casos de paralisação ou greve dos metroviários, rodoviários e em qualquer caso em que o transporte público regular esteja prejudicado.

9.38. Apresentar as declarações firmadas pelos terceirizados indicados aos serviços contratados, em conformidade com o artigo 5º, inciso II, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, atestando ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, nos termos do disposto no inciso II do artigo 2º daquele normativo.

9.39. Apresentar, previamente ao início da prestação dos serviços, os Termos de Confidencialidade (anexo VI do edital) com assinatura do empregado terceirizado e do preposto da empresa para atendimento do disposto na Portaria RFB nº 405/2024.

9.39.1. No caso de substituição ou inclusão de empregados do contratado deverão ser entregues novos Termos de Confidencialidade para os empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: XXX;
- II) Fonte de recursos: XXX;
- III) Programa de trabalho: XXX;
- IV) Elemento de despesa: XXX;
- V) Plano interno: XXX; e
- VI) Nota de empenho: XXX;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO

Processo nº: 13033.048232/2026-51

_____(nome empresarial)_____, inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____(endereço completo)_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para os fins de classificação de sua proposta no Pregão SRRF10 nº 90011/2026, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 03 de fevereiro de 2021, DECLARA expressamente, sob as penas da lei, que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Entende-se por agente público a autoridade contratante que exerça função de confiança na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal.

PARENTES EM LINHA RETA

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora; madrasta/padrasto, enteado/enteada do agente público
2º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3º	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

PARENTES EM LINHA COLATERAL

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	---	---
2º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

Na hipótese de possuir relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da contratante, informe o nome do agente público:

NOME COMPLETO DO AGENTE PÚBLICO: _____

CPF DO AGENTE PÚBLICO: _____

_____, _____ de _____ de 2026.

(assinatura do representante legal)

Observações:

- 1) Esta Declaração deverá ser anexada junto com os documentos de proposta.
- 2) Esta Declaração é um modelo meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, elaborar sua própria Declaração, desde que conste os dados considerados essenciais para sua validade.



Ministério da
Fazenda



Receita Federal

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA OU DE
CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS OU DE CONHECIMENTO PLENO DAS
CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

Processo nº: 13033.048232/2026-51

_____(nome empresarial)_____, inscrita no CNPJ nº: _____
com sede na _____(endereço completo)_____, por intermédio de
seu representante legal / responsável técnico, o(a) Sr.(a) _____, infra-
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº
_____, para os fins do Pregão SRRF10 nº 90011/2026, DECLARA:

a) () **que realizou vistoria** na totalidade das áreas que deram origem à necessidade de contratação e que conhece o local e as condições da realização do serviço;

OU

b) () **que não realizou vistoria**, mas possui pleno conhecimento do local e das condições da realização do serviço;

OU

c) () **que não realizou vistoria**, mas possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

_____, _____ de _____ de 2026.

(assinatura do representante legal / responsável técnico)

Esclarecimentos, sobre as opções de declaração acima:

A hipótese “a” dispensa maiores comentários, a não ser o de que é o próprio licitante que atesta conhecer o local e as condições, e não a Administração que tem o ônus de emitir o atestado de vistoria.

Já na hipótese “b”, o licitante não necessariamente realiza a vistoria facultada na licitação, mas, da mesma forma, atesta que conhece o local da obra ou serviço, além das respectivas condições de execução, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a declaração sem incorrer em falsidade ideológica. Isso pode ocorrer sobretudo quando se trata de empresa que já prestou serviços no mesmo local ou já realizou vistoria em outra oportunidade.

Por fim, na hipótese “c”, não se declara que conhece o local, e sim as condições e peculiaridades da contratação em sua plenitude. Para isso, o responsável técnico/representante legal poderá chegar a esse conhecimento com base nas disposições do edital e anexos, somada à sua experiência profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade.



ANEXO VI – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS

Processo nº: 13033.048232/2026-51

Considerando a possibilidade ou necessidade de acesso a dados e informações de acesso restrito, sob guarda da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, em decorrência da efetiva prestação dos serviços contratados, inclusive o desenvolvimento, execução e entrega de ações, projetos, programas e produtos, ou, ainda, em decorrência de eventos acidentais,

o (a) _____ (nome da pessoa física), _____ (cargo na empresa), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº _____, prestador de serviços da Empresa _____ (denominação da empresa), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº _____, com sede em _____ (endereço completo, cidade, UF, país, CEP/ZIP Code), doravante denominado PRESTADOR

compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, doravante denominado TERMO, que regulamenta suas RESPONSABILIDADES e o COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE DE DADOS E INFORMAÇÕES AOS QUAIS TENHA ACESSO, firmado perante a União, por meio da RFB, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para fins do disposto neste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Confidencialidade: propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada à pessoa, ao sistema, ao órgão ou à entidade não autorizados nem credenciados.

Dados: valores que transmitem informações, descrevendo quantidades, qualidades, fatos, estatísticas ou outras unidades básicas de significado, ou simplesmente sequências de símbolos que podem ser posteriormente interpretados.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação de acesso restrito: as informações:

I - classificadas como ultrassecretas, secreta ou reservadas, na forma prevista na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

II - definidas como pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e controladas pela RFB;

III - protegidas por sigilo fiscal, conforme previsto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN);

IV - previstas nas demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça e nas hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público; e

V - estratégicas, táticas, técnicas ou comerciais, vinculadas ou não ao objeto do serviço, das

quais o sujeito venha a ter conhecimento, diretamente ou por terceiros, em razão do exercício de cargo, função ou emprego público ou da prestação de serviços, compreendendo, mas a eles não se limitando, o know-how, as especificações, os códigos-fonte, os relatórios, as compilações, as fórmulas, os desenhos, os modelos e as amostras.

DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO:

I - o compromisso do PRESTADOR com o tratamento aplicável aos dados e às informações de acesso restrito por ele recebidas no exercício das atribuições previstas no contrato de prestação de serviços ou, ainda, de forma acidental, bem como com a observância das normas de segurança da informação e privacidade; e

II - a declaração expressa de que o PRESTADOR conhece as regras relativas ao sigilo dos dados e informações sob a guarda da RFB e das respectivas penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis em caso de sua inobservância.

Este TERMO abrange todos os dados e informações, escritos, gravados ou verbalizados, por qualquer meio, tangíveis ou intangíveis, aos quais, diretamente ou por terceiros, o PRESTADOR venha a ter acesso, ou deles venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados.

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que, comprovadamente:

I - pertençam ao domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão de quem as detém; e

II - tenham sido recebidas de terceiros, estranhos ao objeto da atividade ou serviço, e que não sejam consideradas de acesso restrito.

Aplica-se a este TERMO a legislação relativa ao acesso à informação e à proteção de dados, considerando a necessidade eventual de acesso, processamento e tratamento de dados pessoais em nome da RFB.

DA NATUREZA

Este TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, e prevalece sobre quaisquer outros atos que contenham disposições contrárias a suas cláusulas.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

O PRESTADOR compromete-se a:

I - não disponibilizar ou revelar dados e informações de acesso restrito a terceiros, exceto: (i) por determinação judicial; (ii) a pessoas previamente autorizadas e signatárias de termo de confidencialidade; ou (iii) se expressamente autorizados por autoridade competente da RFB.

II - utilizar dados e informações de acesso restrito a que tiver acesso exclusivamente para as finalidades relacionadas à prestação de serviços à RFB.

III - tomar todas as medidas necessárias para prevenir e impedir a disponibilização ou revelação de dados e informações de acesso restrito a pessoas não autorizadas, bem como o extravio de quaisquer documentos que os contenham, devendo comunicar imediatamente a ocorrência de incidentes dessa natureza à autoridade competente da RFB, sem qualquer exclusão de sua responsabilidade.

IV - comunicar à autoridade competente da RFB, de forma expressa e imediata, o

recebimento de ordem judicial ou administrativa que determine o fornecimento de dados ou informações de acesso restrito, antes de seu atendimento.

V - permanecer como fiel depositário dos dados e informações de acesso restrito objeto do presente TERMO.

VI - retornar imediatamente à autoridade competente da RFB os dados e informações em sua posse, bem como as cópias eventualmente existentes, quando requeridos.

VII - observar a Política de Segurança da Informação no âmbito da RFB, estabelecida pela Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, e demais normas relativas à segurança da informação, à privacidade e ao compartilhamento de dados.

VIII - não revelar ações, projetos, programas, produtos e soluções da RFB, nem falar em nome dela, em qualquer meio de comunicação, sem prévia autorização legal ou expressa da RFB.

IX - não ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais referentes aos artefatos e produtos decorrentes da prestação de serviço, incluindo códigos, documentação, modelos de dados e bases de dados.

DAS PENALIDADES

O uso ou disponibilização indevidos ou a revelação não autorizada de dados e informações protegidos por sigilo sujeitam o PRESTADOR à responsabilização pessoal, nos termos da legislação administrativa, civil e penal.

DA VIGÊNCIA

Este TERMO permanecerá em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado após o encerramento da prestação de serviços à RFB, resguardando-se, por prazo indeterminado, as obrigações de confidencialidade sobre os dados e informações de acesso restrito a que o PRESTADOR teve acesso.

DO FORO

Fica elegido o foro de Brasília - DF, onde está localizada a sede da RFB, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro.

ASSINATURAS

Por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO é assinado por:

Local e Data

Assinaturas